



Número: **0820632-90.2018.8.15.0001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Cejusc V - Varas Cíveis - TJPB - CESREI**

Última distribuição : **06/12/2018**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **ESPÉCIES DE CONTRATOS, ACIDENTE DE TRÂNSITO, SEGURO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MARIA DE LOURDES ALEXANDRE SANTOS (AUTOR)		GISELY DOS SANTOS GALVAO (ADVOGADO)	
ADRIANA SOUSA SANTOS (AUTOR)			
EDVALDO SOUSA SANTOS (AUTOR)			
VERÔNICA SOUSA SANTOS (AUTOR)			
ANTONIO VIVIANO NUNES SANTOS (AUTOR)			
LUIS ANTONIO SOUSA (AUTOR)			
JOSE CARLOS SOUSA SANTOS (AUTOR)			
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
18186749	06/12/2018 15:59	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
18186805	06/12/2018 15:59	<a href="#">Petição Inicial 1</a>	Outros Documentos
18186809	06/12/2018 15:59	<a href="#">Procuração atualizada</a>	Outros Documentos
18186812	06/12/2018 15:59	<a href="#">Declaração de hipossuficiência</a>	Outros Documentos
18186816	06/12/2018 15:59	<a href="#">Comprovante de residência atualizado</a>	Outros Documentos
18186822	06/12/2018 15:59	<a href="#">RG e CPF de Maria de Lourdes Alexandre</a>	Outros Documentos
18186825	06/12/2018 15:59	<a href="#">Comprovante de Renda</a>	Outros Documentos
18186828	06/12/2018 15:59	<a href="#">Boletim de Ocorrência</a>	Outros Documentos
18186848	06/12/2018 15:59	<a href="#">Seguradora Líder-DPVAT Acompanhe o Processo atualizado</a>	Outros Documentos
18186864	06/12/2018 15:59	<a href="#">GRavação Importante com o Atendimento DPVAT</a>	Outros Documentos
18186878	06/12/2018 15:59	<a href="#">Correspondências DPVAT -ilovepdf-compressed</a>	Outros Documentos
18186884	06/12/2018 15:59	<a href="#">Obito Antonio Luis</a>	Outros Documentos
18186912	06/12/2018 15:59	<a href="#">Registro hospital no dia do óbito</a>	Outros Documentos
18186920	06/12/2018 15:59	<a href="#">Comprovaantes de envio de Sedex com documentação -ilovepdf-compressed</a>	Outros Documentos
18186934	06/12/2018 15:59	<a href="#">Protocolo DPVAT</a>	Outros Documentos

18205 563	06/12/2018 15:59	<a href="#">Outros Documentos</a>	Outros Documentos
18205 577	06/12/2018 15:59	<a href="#">Guia Custas</a>	Outros Documentos
18254 332	10/12/2018 14:28	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
18296 610	11/12/2018 17:02	<a href="#">Mandado</a>	Mandado
18889 748	29/01/2019 14:25	<a href="#">Petição</a>	Petição
18889 771	29/01/2019 14:25	<a href="#">Emenda a inicial</a>	Outros Documentos
18889 784	29/01/2019 14:25	<a href="#">Petição de habilitação de herdeiros</a>	Outros Documentos
18889 803	29/01/2019 14:25	<a href="#">Documentos pessoais dos herdeiros</a>	Outros Documentos
18889 829	29/01/2019 14:25	<a href="#">Adriana</a>	Outros Documentos
18890 252	29/01/2019 14:30	<a href="#">Procuração</a>	Procuração
18890 269	29/01/2019 14:30	<a href="#">Veronica</a>	Procuração
18890 276	29/01/2019 14:30	<a href="#">Viviano</a>	Procuração
18890 155	29/01/2019 14:33	<a href="#">Procuração</a>	Procuração
18890 180	29/01/2019 14:33	<a href="#">Edvaldo</a>	Procuração
18890 201	29/01/2019 14:33	<a href="#">Luiz Antonio</a>	Procuração
18890 843	29/01/2019 14:41	<a href="#">Procuração</a>	Procuração
18890 888	29/01/2019 14:41	<a href="#">Jose Carlos</a>	Procuração
18988 242	04/02/2019 10:57	<a href="#">Outros Documentos</a>	Outros Documentos
18988 267	04/02/2019 10:57	<a href="#">Documento pessoal de Veronica</a>	Outros Documentos
19282 569	20/02/2019 16:45	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
19398 718	22/02/2019 08:43	<a href="#">Mandado</a>	Mandado
19708 423	27/03/2019 18:05	<a href="#">Outros Documentos</a>	Outros Documentos
19708 459	27/03/2019 18:05	<a href="#">Emenda a inicial</a>	Outros Documentos
20386 863	08/04/2019 15:06	<a href="#">Outros Documentos</a>	Outros Documentos
20387 022	08/04/2019 15:06	<a href="#">Declarações de hipossuficiência dos herdeiros compressed</a>	Outros Documentos
20688 293	22/04/2019 17:23	<a href="#">Decisão</a>	Decisão
20721 546	23/04/2019 13:02	<a href="#">Mandado</a>	Mandado
23353 202	08/08/2019 17:22	<a href="#">AUDIÊNCIA CEJUSC</a>	Certidão
23478 810	13/08/2019 16:49	<a href="#">Mandado</a>	Mandado
23478 811	13/08/2019 16:49	<a href="#">Carta</a>	Carta
22859 846	15/08/2019 15:08	<a href="#">Proposta de conciliação</a>	Petição
23552 634	15/08/2019 15:08	<a href="#">Proposta de conciliação</a>	Outros Documentos
23552 640	15/08/2019 15:08	<a href="#">Documento do acidente / Bo autenticado em cartório</a>	Documento de Comprovação
23553 043	15/08/2019 15:08	<a href="#">Documentos da vítima</a>	Documento de Comprovação

23553 242	15/08/2019 15:08	<a href="#">Documentos da conjuge_compressed</a>	Documento de Comprovação
23553 514	15/08/2019 15:08	<a href="#">Documentação completa dos herdeiros RG e CPF</a>	Documento de Comprovação
23610 621	19/08/2019 07:36	<a href="#">Formularios</a>	Documento de Comprovação
23610 622	19/08/2019 07:36	<a href="#">Formularios dos herdeiros ( filhos ) _compressed</a>	Documento de Comprovação
23610 641	19/08/2019 07:36	<a href="#">Manifestação DPVAT</a>	Outros Documentos

Anexada em PDF



EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA \_\_\_\_ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE – PB.

**PRIORIDADE PROCESSUAL- MAIOR DE 65 ANOS (IDOSO)**

**MARIA DE LOURDES ALEXANDRE SANTOS**, brasileira, viúva, pensionista, portadora da cédula de identidade de nº 24553 SSDS, inscrita no CPF de nº 188.616.794-04, residente e domiciliada a Rua Joaquim Ferreira Passos, nº 870, Bairro Santa Cruz, Campina Grande – Paraíba, com CEP: 58015-570, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, através de sua advogada que esta subscreve conforme procuração;

**AÇÃO SUMÁRIA DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**

em desfavor de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, CNPJ 09.248.608/0001-04, situada na Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP.: 20031-205; pelas razões que passa a expor:

**I – PRELIMINARMENTE**

**A) DO DIREITO AO BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA**

É de ordem pública o princípio da gratuidade da justiça àqueles que não tem condições de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e de sua família nos termos da **Lei nº 1.060, de 05 de Fevereiro de 1950**, nos seus artigos 2º, parágrafo único; 3º e 4º.

Diante do exposto, o benefício da assistência judiciária gratuita, é garantido constitucionalmente, portanto, a requerente desde já requer este benefício, uma vez que não tem condições econômico-financeiras de arcar com as custas processuais, sem prejuízo do sustento próprio e de sua família.



**B) DO INTERESSE DE AGIR – VIA ADMINISTRATIVA INADEQUADA – ATRASO DE MAIS DE 02 ANO NO PAGAMENTO DA COTA PARTE DA BENEFICIÁRIA.**

Em momento algum a lei que rege o seguro obrigatório exige que o procedimento a ser adotado pelo Beneficiário do Seguro Obrigatório se dê primeiramente pela via administrativa, mesmo porque, caso houvesse essa exigência, seria inconstitucional, ferindo o art. 5º, XXXV, da CF.

Esse é o entendimento jurisprudencial, conforme se vê abaixo:

**APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. INDENIZAÇÃO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. INTERESSE PROCESSUAL. DESNECESSIDADE DE INGRESSAR COM PEDIDO ADMINISTRATIVO.** 1. Restou evidenciado no caso em tela o interesse processual da parte autora, o qual decorre da necessidade de acesso ao Judiciário para obtenção da prestação jurisdicional que lhe assegure o pagamento da cobertura securitária. 2. **A parte demandante não está condicionada a qualquer óbice de cunho administrativo para exercício de seu direito, bastando apenas que estejam preenchidas as condições da ação para ingressar em Juízo e, assim, receber a tutela jurisdicional. Portanto, a parte postulante não está obrigada a ingressar ou a esgotar a via administrativa para só então procurar amparo na via judicial. Dado provimento ao apelo. Sentença desconstituída. (Apelação Cível Nº 70032143505, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 30/09/2009).**

**APELAÇÃO CÍVEL. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. PEDIDO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE. SENTENÇA DESCONTITUÍDA.** A falta de requerimento administrativo não retira dos beneficiários o direito de postular a indenização diretamente na Justiça, sob pena de violação ao direito constitucional do acesso ao Judiciário. Inteligência do artigo 5º, XXXV, da CF. Sentença desconstituída. APELO PROVIDO. (Apelação Cível Nº 70031697154, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Romeu Marques Ribeiro Filho, Julgado em 09/09/2009).

Contudo, para afastar qualquer dúvidas quanto à inadequação da via administrativa no seguro DPVAT, a parte autora, expõe abaixo, os motivos pelos quais é obrigada a ingressar com a presente ação:

**II- DOS FATOS :**

No dia 30/06/2016 o cônjuge da parte autora , o senhor Antônio Luiz dos Santos sofreu um acidente automobilístico (conforme documentação anexa) a qual ocasionou sua morte. Estando o *de cujus* em dia com os pagamentos anuais do seguro DPVAT , sua cônjuge, a então parte autora , requereu administrativamente o **pagamento de sua cota parte no prêmio do sinistro a que tinha direito.**

O primeiro pedido administrativo se deu no dia 06/10/2016, conforme toda documentação que é solicitada pela seguradora . A partir daí começa uma série de absurdos cometidos pelo seguro no sentido de inviabilizar o pagamento da cota parte que é de direito da parte autora.

Inúmeros obstáculos foram postos, praticamente todos os meses chegavam correspondências informando que a beneficiária estava em falta com documentação, fato



esse que não é verídico, desde o primeiro protocolo administrativo a documentação foi exatamente de acordo com o que determina a seguradora .

Foram inúmeras tentativas e todo mês uma nova justificativa era dada, até que cansada, a parte autora contratou os serviços jurídicos dessa patrona que subscreve, no sentido de viabilizar a demanda. Inúmeros protocolos via serviço de atendimento ao consumidor foram abertos, inúmeras ligações foram feitas ( última ligação gravada e anexada nos autos ) e as atendentes sempre estipulam datas para o pagamento , diversos protocolos abertos na ouvidoria da seguradora e nenhuma solução , a última justificativa tem sido :

***(...) Está com pedido de prioridade e a seguradora está analisando ....***

Ou seja , esta análise já se arrasta por 2 anos sem nenhuma solução, e em virtude desse impasse na seara administrativa, outra medida não sem impõe que não seja buscar a via judicial para que seu pleito seja atendido.

Trata-se de uma senhora idosa , que tem sido desrespeitada em seu direito de receber sua cota parte no sinistro do seguro a que tem direito, e tem enfrentando inúmeras dificuldades, que já é de conhecimento de todos aqueles que precisam da referida seguradora, que presta sempre a seus beneficiários um péssimo serviço, de desrespeito e violação jurídica.

Como visto, a obrigação de esgotamento prévio da via administrativa para a propositura da ação judicial tem-se como irrelevante e incompatível com o princípio colacionado no inc. XXXV do art. 5º da Constituição da República, que não estabeleceu como condição de acesso à Justiça que a parte acione ou esgote as vias administrativas, esse princípio, resguarda o jurisdicionado no direito, por exemplo, de discutir judicialmente, justamente por conta dessas situação acima expostas.

### **III - DA TUTELA DE URGÊNCIA ;**

Trata-se de uma idosa , que vivia a expensas do marido, e que está a mais de 2 anos tentando receber a sua cota parte no prêmio do seguro DPVAT, para auxiliar em sua subsistência, como também cumprir com esses numerários uma série de compromissos firmados em vida pelo marido. Além de estar há 2 anos nesse impasse , esperar pelo curso final do processo trará ainda mais prejuízos à parte autora.

O instituto da tutela antecipada é previsto no artigo 273 do Código de Processo Civil e exige, além da prova inequívoca e da verossimilhança da alegação, que haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação.

A autora instruiu a inicial com a prova inequívoca de suas alegações, quais sejam, documentos que comprovam que seu pedido administrativo se deu corretamente e que em muito já se passou o prazo para o pagamento de sua cota parte no seguro. Ademais, fica claro e evidente o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação pelo caráter alimentar da verba, pois, ficou viúva e em virtude da morte do marido tem passado por bastantes dificuldades .



Diante das circunstâncias fáticas e jurídicas acima expostas, faz-se imprescindível a concessão antecipada dos efeitos da tutela jurisdicional definitiva ora pleiteada.

#### IV – DO DIREITO ;

O art. 3º da lei nº. 6.194/74, estabelece que os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, conforme se vê abaixo:

**Art. 3º** - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, **por invalidez permanente, total ou parcial**, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vítima:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

**II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;**

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, fazendo jus a parte autora ao recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

**Art. 5º.** O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifo nosso)

É dever da seguradora requerida cumprir com o que determinado pelo art. 373. Do CPC que diz que aos réu incumbe o ônus da prova, quanto a existência de fato impeditivo, modificativo e extintivo do direito do autor . Trata-se de necessária aplicação da lei , uma vez que demonstra o compromisso firmado pelo contrato e a ocorrência do descumprimento , outra solução não resta se não o imediato pagamento do débito , conforme amplamente protegido pelos tribunais.

#### A) CORREÇÃO MONETÁRIA ;

Conforme precedentes sobre o tema , o valor apurado deve sofrer correção monetária a partir da data do sinistro , conforme clara redação da sumula 43 do STJ: **“ incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do efetivo prejuízo”.**

Esse entendimento também predomina na jurisprudência , vejamos :

PELOS DANOS MATERIAIS E MORAIS - RECURSO ADESIVO  
- **ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA** E JUROS MORATÓRIOS - **TERMO INICIAL - DATA DO DESEMBOLSO E TEMPO DO EVENTO DANOSO**, RESPECTIVAMENTE - SÚMULAS 43 E 54 DO STJ/ - INCIDÊNCIA - REFORMA PARCIAL DA SENTENÇA. RECURSO ADESIVO





PROVIDO PARCIALMENTE. APELAÇÃO DENEGADA. 1. Apelação tempestiva e preparada, manejada por MARINA CARVALHO BURTI e RACHELLE CARVALHO BURTI, nos autos da ação de reparação civil por danos materiais e morais, que lhes endereçou CRISTIANO ALOISIO DIONÍSIO, reportada a acidente de trânsito (atropelamento de motociclista), inconformadas com a sentença que acolheu parcialmente a pretensão deduzida na **inicial** e as condenou Apelação Cível sem Revisão n'J. 0054362-11.2007.8.26.0000 Voton». 14.691 PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO...

CÂMARA Apelação Nº 1000904-23.2016.8.26.0590 (Processo Digital) Comarca: São Vicente – 3ª Vara Cível Apte. : Augusto Cesar Silva de Jesus Apdo. : Seguradora Líder dos Consórcios Dpvt Juiz de 1º grau: Thiago Gonçalves Alvarez Distribuído(a) ao Relator Des. Felipe Ferreira em: 08/03/2017 VOTO Nº 38.575 EMENTA: ACIDENTE DE VEÍCULO. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. COBRANÇA. 1. Não há qualquer inconstitucionalidade na Lei nº 11.482/07 que modificou o teto indenizatório para o pagamento do seguro obrigatório. 2. A indenização deve ser graduada conforme a perda da capacidade física do segurado em decorrência do acidente sofrido. 3. A **atualização monetária** da indenização deverá ter como **termo inicial a data do evento danoso**. 4. Se o percentual aferido pelo perito é inferior ao constatado...

Motivo pelos quais , demonstrada a negativa e/ ou demora de cobertura pela seguradora, devida a atualização dos valores devidos a partir da data do evento danoso.

#### **V - DO PEDIDOS:**

***Ex positis***, ao reconhecer que a Indenização do seguro obrigatório tem como efeito beneficiar quaisquer vítimas de acidente de trânsito e não as seguradoras do sistema, a requerente requer a Vossa Excelência o que segue:

**a)** A concessão da justiça gratuita, haja vista a requerente não tem condições de arcar com as despesas processuais, sem prejuízo de seu sustento e de sua família. Para tanto, fulcra-se no art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal e o art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 1.060/50.

**b)** Que Vossa Excelência designe data para realização de Audiência de Conciliação, expedindo-se o competente mandado de citação da parte ré no endereço fornecido pela autora, citação essa que deverá ser por CORREIOS COM AVISO DE RECEBIMENTO (AR), nos termos dos Arts. 221, inciso I e 222, do CPC, para nela comparecer, caso queira, apresentar contestação no prazo legal, sob pena de confissão e revelia;

**c)** A concessão da tutela de urgência compelindo a seguradora a pagar **tal indenização referente ao SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT** no valor de R\$ 6.500,00 ( Haja vista que esse montante é correspondente a cota parte da parte autora , ou seja 50% de R\$ 13.500,00 , tendo em vista que o *de cujus* deixou herdeiros) **com juros a partir do evento danoso e correção monetária ;**

**d)** Que julgue a presente Ação TOTALMENTE PROCEDENTE, reconhecendo o direito a indenização, e determine que a seguradora pague tal indenização referente ao SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT no valor de R\$ 6.500,00 ( Haja vista que esse montante é correspondente a cota parte da parte autora , ou seja 50% de R\$ 13.500,00 , tendo em vista



que o *de cujus* deixou herdeiros) com juros a partir do evento danoso, e CORREÇÃO MONETÁRIA com o índice INPC,

**e)** A condenação da requerida no pagamento das custas e demais despesas processuais, bem como no pagamento dos honorários advocatícios nos parâmetros previstos no art. 85, § 2º do CPC ;

**f)** Protesta e requer, ainda, provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidas;

**h) Que sejam as notificações e intimações realizadas EXCLUSIVAMENTE e de maneira eletrônica (PJe) em nome da DRA. GISELY DOS SANTOS GALVÃO OAB -PB 25402 , sob pena de nulidade ;**

Dá-se à presente causa o valor de **R\$ 13.500** (treze mil e quinhentos reais), **apenas** para fins de alçada.

Termos em que, pede e espera deferimento.

Campina Grande, 05 de Dezembro de 2018

**GISELY GALVÃO  
ADVOGADA  
OAB – PB 25402**



**PROCURAÇÃO PARA FORO EM GERAL**

**OUTORGANTE:** MARIA DE LOURDES ALEXANDRE SANTOS, brasileira, viúva, pensionista, portadora da cédula de identidade de nº 245553 SSDS, CPF nº 188.616.794-04, residente e domiciliada à Rua Joaquim Ferreira Passos nº 870, Bairro Santa Cruz, Campina Grande – PB, com CEP 58015-570.


**OUTORGADO:** Gisely dos Santos Galvão, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB-PB sob nº 25402, e-mail: [giselyk@hotmail.com](mailto:giselyk@hotmail.com).

**OBJETO:** Representar o (s) outorgante (s), promovendo a defesa dos seus direitos e interesses, podendo, para tanto, propor quaisquer ações, medidas incidentais, acompanhar os processos administrativos e propor ação judicial em instâncias singulares, tribunais e repartições públicas.

**PODERES:** Nos termos do art. 105 do Código de Processo Civil, os contidos na cláusula “ad judicium et extra”, para, em nome do outorgante, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, ou fora deles, defender seus interesses, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defender os interesses do outorgante nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os; podendo, portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, assinar termo, oferecer defesa, direta ou indireta, interpor recursos, ajuizar ações e conduzir os respectivos processos, solicitar, providenciar e ter acesso a documentos de qualquer natureza, sendo o presente instrumento de mandato oneroso e contratual podendo substabelecer este a outrem, com ou sem reserva de poderes, dando tudo por bom e valioso, a fim de praticar todos os demais atos necessários ao fiel desempenho deste mandato.

**PODERES ESPECÍFICOS:** A presente procuração outorga a Advogada acima descrita, os poderes especiais para receber citação, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, firmar compromissos ou acordos, receber valores, dar e receber quitação, levantar ou receber RPV's e ALVARÁS, pedir justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, em conformidade com a norma do art. 105 da Lei 13.105/2015.

Campina Grande, 10 de 10 de 2018.

  
Outorgante

Telefone para contato: (083) 9.9998-5388 / E-mail: [giselyk@hotmail.com](mailto:giselyk@hotmail.com)



**DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA**

Eu, Mariade Louredes Alexandre Santos brasileiro (a),  
portador (a) do RG nº 245553 e do CPF nº 188.116.794-4  
residente e domiciliado (a) no (a)  
Rua Joaquim Ferreira Passos 870  
Santa Cruz Campina Grande PB

\_\_\_\_\_ declaro que, em razão de minha condição financeira, não tenho condições de arcar com o pagamento das custas processuais, sob pena de implicar em prejuízo próprio e de minha família, nos termos do art. 5º, LXXIV, da Constituição da República e do art. 98 do Código de Processo Civil/2015.

Requeiro, ainda, que o benefício abranja a todos os atos do processo, na forma do art. 98 do CPC/2015.

C. Grande, 10 de 10 de 2018.

Mariade Louredes Alexandre Santos  
Declarante







**CAGEPA**  
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA  
Rua Feliciano Cirne, 220 - Jaguaribe João Pessoa - PB  
CEP: 58.015-570 - CNPJ: 09.123.654/0001-87

PARA CONTATO COM A CAGEPA,  
INFORME ESTE NÚMERO

**MATRÍCULA**

11590513

**REFERÊNCIA**

CUT/2018

CONTA DE CONSUMO DE ÁGUA/ESGOTO E SERVIÇOS

MARIA DE LOURDES ALEXANDRE SANTOS  
RUA JOAQUIM FERREIRA PASSOS, 870 - SANTA CRUZ  
CAMPINA GRANDE PB 58417-400

Inscrição	SMI	Quantidade de Economias				Responsável
		Residencial	Comercial	Industrial	Básico	
018.014.250.0074.000	000	1	0	0	0	
Hidrômetro	Data de Instalação	Localização	Situação Água	Situação Esgoto		
A08A013920	26/02/2008	EXTERNO	LIGADO	LIGADO		
ANTERIOR   ATUAL   CONSUMO (M3)   NUM DE DIAS   PROXIMA LEITURA						
1960		7	28	07/11/2018		
HIST. CONS./ANOR. LEIT.   QUALID. ÁGUA-ANEXO 20-PORT. 05/2017 MS.						
SET/2018	7	4	PARAMETROS	EXIG.	ANALIS.	CONFORMES
AGO/2018	7	1	TURBIDEZ	0	0	0
JUL/2018	7	1	CLORO	0	0	0
JUN/2018	7	1	COL. TERMOT	0	0	0
MAI/2018	7	13	COR	0	0	0
ABR/2018	7	13	COL. TOTAIS	0	0	0
MEDIA(M)		7	DADOS REFERENTES A: AGO/2018			

DATA DA IMPRESSÃO: 08/10/2018 HORA DA IMPRESSÃO: 08:23:30

DESCRIÇÃO	CONSUMO	TOTAL(R\$)
ÁGUA		
RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S)		
CONSUMO DE ÁGUA	7 M3	37,91
ESGOTO		
RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S)		
CONSUMO DE ESGOTO	7 M3	30,33

VALOR APROXIMADO DE TRIBUTOS: R\$ 6,31 PIS E CONFINS LEI 12.741/12

VENCIMENTO: 22/10/2018 **Total a Pagar:** R\$ 68,24



CONDIÇÃO DE LEITURA: REALIZADA

CONDIÇÃO DO FATURAMENTO: MÉDIA DO HIDRÔMETRO TIPO DE TARIFA: 1

ANORMALIDADE: HÍDR. C/PONT IRREGULAR

INFORMAÇÕES GERAIS:

"QUANDO A INFÂNCIA É PERDIDA, NÃO TEM JOGO GANHADO"



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 245.553 - 2ª VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 14/09/2016

NOME MARIA DE LOURDES ALEXANDRE SANTOS

FILIAÇÃO JOÃO ALEXANDRE DA CRUZ MARIA ALEXANDRE FEITOSA

NATURALIDADE REMIGIO-PB DATA DE NASCIMENTO 27/02/1951

DOC ORIGEM CERT. CAS. Nº11042 - LIV.22 - FLS.223 - CARTORIO 2º CAMPINA GRANDE-PB

CPF 188.816.794-04

JOÃO PESSOA - PB

DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL

INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

L-234

*Maria de Lourdes A. Santos*

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE



2º Cartório de Notas de Campina Grande - PB  
Tabelião: Maria de Fátima Leitor Cavalcanti  
Praça da Bandeira, 185, Centro - C. Grande - PB  
(51) 3321-8898 - 3304-8898

#### AUTENTICAÇÃO

Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do original que me foi exibido. Dou fé. (Art.365-III do CPC).  
Campina Grande/PB - 29/08/2017  
Selo Digital: AFR34670-7DVZ  
Consulte a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>  
Emol R\$2,22 ISS R\$0,11 Farpem R\$0,27 MP R\$0,04 Fepj R\$0,55

29/08/2017 14:00:00



Célia Maria Bardos.  
2ª Tab. Substituta





**INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**  
**Histórico de Créditos**

Página 1 de 1

05/12/2018 14:57:45

**Identificação do Filiado**

**NIT:** 100.70068.17-5

**CPF:** 188.616.794-04

**Data de Nascimento:** 27/02/1951

**Nome:** MARIA DE LOURDES ALEXANDRE SANTOS

**Nome da mãe:** MARIA ALEXANDRE FEITOSA

**Compet. Inicial:** 11/2018

**Compet. Final:** 12/2018

**Créditos do Benefício**

**NB:** 1749858115

**Espécie:** 21 - PENSÃO POR MORTE PREVIDENCIARIA

**APS:** 13021040 - AGÊNCIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL CAMPINA GRANDE - TIRADENTES

**Data de Início do Benefício (DIB):** 30/08/2016

**Data de Cessação do Benefício (DCB):**

**Data de Início do Pagamento (DIP):** 30/08/2016

**MR:** R\$ 1.287,60

Competência	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
11/2018	01/11/2018 a 30/11/2018	R\$ 2.253,30	CCF - CONTA-CORRENTE		03/12/2018		Não	Não

Banco: 341 - ITAU OP: 649001 - C GRANDE JOAO PESSOA Ocorrência: Divergência Cadastramento/Crédito

Data Cálculo: 09/11/2018 Origem: Geração de credits mensais. Validade Início: 03/12/2018 Fim: 31/01/2019

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R\$ 1.287,60
104	VALOR DO DECIMO-TERCEIRO SALARIO	R\$ 1.287,60
218	13. SALARIO PAGO COMPETENCIAS ANTERIORES	R\$ 321,90
303	ABATIMENTO A BENEFICIARIO MAIOR 65 ANOS	R\$ 1.287,60
305	DESCONTO MAIOR 65 ANOS - I.R. 13.SALARIO	R\$ 1.287,60
323	ADIANTAMENTO DE 13 COMPETENCIA ANTERIOR	R\$ 321,90



Você pode conferir a autenticidade do documento em  
<https://meu.inss.gov.br/central/autenticidade.html>  
com o código 181205R9CMNM58

O INSS poderá rever a qualquer tempo as informações constantes deste extrato, conforme art. 19, § 3º do Decreto 3.048/99.



Assinado eletronicamente por: GISELY DOS SANTOS GALVAO - 05/12/2018 21:55:09  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18120521424786900000017698195>  
Número do documento: 18120521424786900000017698195

Num. 18186825 - Pág. 1



Gov. do Estado do Rio Grande do Norte  
Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social  
Polícia Civil  
Delegacia Eletrônica



BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Unidade Policial: DELEGACIA MUNICIPAL DE CAICÓ  
Endereço: Av. Cel Martiniano, 20, Jardim Satellite, CAICÓ

1. IDENTIFICAÇÃO DO BOLETIM

1.1 Protocolo: J2016129001768

1.2 Data de Expedição: 31/08/2016 10:23:36

1.3 Tipo: COMUNICAÇÃO

2. DADOS DO LOCAL DO FATO

2.1 Data/Hora do Fato: 30/08/2016 13:00:00

2.3 Fato: Consumado

2.4 Meio(s) empregado(s): Outros

2.6 Tipo do local: Rural

2.8 Número: SN

2.10 Complemento:

2.12 Bairro: ZONA RURAL - SÍTIOS E FAZENDAS

2.14 Estado: RIO GRANDE DO NORTE

2.2 Autoria: Conhecida

2.4 Flagrante: Não

2.7 Logradouro: RN 118

2.9 CEP: 59.330-000

2.11 Ponto de Referência: PRÓXIMO DO SÍTIO ARDEIRA

2.13 Cidade: JUCURUTU

3. DADOS PESSOAIS DO COMUNICANTE (PESSOA FÍSICA)

3.1 Nome Completo: ANTONIO VIVIANO NUNES SANTOS

3.3 Etnia: Parda

3.5 Mãe: MARIA DO SOCORRO NUNES DOS SANTOS

3.7 Sexo: MASCULINO

3.9 CPF: 05961073408

3.11 Nacionalidade:

3.13 Profissão: SUPERVISOR COMERCIAL

3.15 Telefone(s): 83 988088609

3.17 Número: 05

3.19 Bairro: MALVINAS

3.21 Estado: PARAIBA

3.2 Estado civil: Solteiro(a)

3.4 Pai: ANTONIO LUIS DOS SANTOS

3.6 Data de Nascimento: 20/02/1987

3.8 RG: 3106570 - SSP/PB

3.10 Passaporte:

3.12 Naturalidade: CAMPINA GRANDE/PB

3.14 E-Mail:

3.16 Logradouro: RUA TEODOMIRO FREIRE DIAS

3.18 CEP: 58432761

3.20 Cidade: CAMPINA GRANDE

4. DADOS PESSOAIS DA(S) VÍTIMA(S)

4.1.1 Nome Completo: ANTONIO LUIS DOS SANTOS

4.1.3 Etnia: Parda

4.1.5 Mãe:

4.1.7 Sexo: MASCULINO

4.1.9 CPF: 46802797453

4.1.11 Nacionalidade:

4.1.13 Logradouro: CAMPINA GRANDE/PB

4.1.15 Número:

4.1.17 Bairro:

4.1.19 Estado:

4.1.2 Estado civil: Casado(a)

4.1.4 Pai:

4.1.6 Data de Nascimento:

4.1.8 RG: 385726

4.1.10 Profissão:

4.1.12 Passaporte:

4.1.14 E-Mail:

4.1.16 CEP:

4.1.18 Cidade:

5. DADOS PESSOAIS DO(S) ACUSADO(S) (NÃO FORAM INCLuíDOS ACUSADOS)

6. DADOS PESSOAIS DA(S) TESTEMUNHA(S) (NÃO FORAM INCLuíDAS TESTEMUNHAS)

7. VEÍCULO(S) ENVOLVIDO(S)

7.1.1 Segurado: Não

7.1.3 Chassi: \*\*\*\*\*36681

7.1.5 Placa: AMB0538

7.1.7 Marca: FORD

7.1.9 Ano do Modelo: 2004

7.1.11 Cor do veículo: BRANCA

7.1.13 Nota Fiscal:

7.1.15 Nome do proprietário: ANTONIO VIVIANO NUNES SANTOS

7.1.17 Nome do condutor:

7.1.18 Observações:

7.1.2 Seguradora:

7.1.4 Renavam:

7.1.6 Estado:

7.1.8 Modelo: CARGO 4331

7.1.10 Ano de Fabricação: 2004

7.1.12 Tipo do veículo: CAMINHÃO TRATOR

7.1.14 Número do Motor:

7.1.16 Vínculo com a

Ocorrência:

8. DADOS DA OCORRÊNCIA

9. DOS FATOS

9.1 Histórico

O DECLARANTE AFIRMA QUE HOUE UM ACIDENTE COM O SEU PAI, APROXIMADAMENTE ÀS 13:00, NA RN 118, QUE TROUXE COMO CONSEQUÊNCIA, O ÓBITO DE SEU PAI, FOI SOCORRIDO PELO AMBULÂNCIA DE JUCURUTU-RN, PORÉM NÃO RESISTIU AOS FERIMENTOS, FALECEU NO HOSPITAL REGIONAL DE CAICÓ-RN, POR VOLTA 15:00, QUE LOGO AVISARAM AO DECLARANTE, QUE A VÍTIMA (SEU PAI) TINHA FALECIDO, O QUAL COMPARECEU AO HOSPITAL PARA OS PROCEDIMENTOS DE LIBERAÇÃO DO CORPO PARA SEPULTAMENTO. NADA MAIS DISSE.

9.2 Informações do CIOSP

10. COMPLEMENTOS (ESSE BOLETIM NÃO FOI COMPLEMENTADO)

11. DECLARAÇÃO

O(s) declarante(s), sob as penas da Lei, confirmam que as informações aqui registradas são verdadeiras.

Data 31/08/2016 10:23:36

Policial

Interessado

Polegar direito

Atendimento: 1711180 - DULZIMAR SILVA JÚNIOR

Impresso por: 1711180 - DULZIMAR SILVA JÚNIOR em 31/08/2016 10:23:44

Assinatura: J2016129001768 - Código de autenticação: 7307b069b480dc0ca29a813a5f0e0d

Página 12

Assinado eletronicamente por: GISELY DOS SANTOS GALVAO - 05/12/2018 21:55:15

http://pje.tpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18120521444985000000017698198

Número do documento: 18120521444985000000017698198

Num. 18186828 - Pág. 1





(/)



Buscar no site

A  
COMPANHIA ▾SEGURO  
DPVAT ▾PONTOS DE  
ATENDIMENTO  
(/Pontos-de-  
Atendimento)CENTRO DE  
DADOS E  
ESTATÍSTICAS ▾SALA DE  
IMPrensa ▾TRABALHE  
CONOSCO ▾

CONTATO ▾

Seguro DPVAT

## Acompanhe o Processo de Indenização

[Nova Consulta](#)

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

### SINISTRO 3160656186 - Resultado de consulta por beneficiário

**VÍTIMA** ANTONIO LUIS DOS SANTOS  
**COBERTURA** Morte



**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO**

SEGURADORA LÍDER DPVAT - OPERAÇÃO CORREIOS

**BENEFICIÁRIO** MARIA DE LOURDES ALEXANDRE DE LIMA**CPF/CNPJ:** 18861679404**Posição em 05-12-2018 15:01:27**

Sua documentação complementar foi recebida e já está a caminho da digitalizadora. Em seguida, ela será analisada pela equipe técnica da seguradora. O prazo regulamentar para análise do seu processo é de até 30 dias, caso a documentação esteja completa e não haja necessidade de informações adicionais. Por favor, aguarde e continue acompanhando seu processo neste site.

**ACESSIBILIDADE**[\(/Pages/Acessibilidade.aspx\)](/Pages/Acessibilidade.aspx)[\(/Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx\)](/Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx)

A A A 🔊

**COMO PEDIR INDENIZAÇÃO**[Documentos Despesas Médicas \(/Pages/Documentacao-Despesas-Medicas.aspx\)](/Pages/Documentacao-Despesas-Medicas.aspx)[Documentos Invalidez Permanente \(/Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx\)](/Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx)[Documentos Morte \(/Pages/Documentacao-Morte.aspx\)](/Pages/Documentacao-Morte.aspx)[Dicas Indispensáveis \(/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx\)](/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)**PAGUE SEGURO**[Como Pagar \(/Pages/Pague-Seguro.aspx\)](/Pages/Pague-Seguro.aspx)[Consulta a Pagamentos Efetuados \(/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetuados.aspx\)](/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetuados.aspx)[Informações Gerais \(/Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-o-Pagamento.aspx\)](/Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-o-Pagamento.aspx)



Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização.  
(/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx)

(<https://www.seguradoralider.com.br>)

(<https://twitter.com/dpvcv>) (<https://www.facebook.com/dpvcv/>) (<https://www.instagram.com/dpvcv/>) ([https://www.youtube.com/channel/UCdPvAT\\_oficial/](https://www.youtube.com/channel/UCdPvAT_oficial/))  
I%C3%ADder-  
dpvat)

## Serviços

- › Acompanhe seu Processo (/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx)
- › Consulta a Pagamentos (/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetuos.aspx)
- › Saiba Como Pagar (/Pages/Saiba-como-pagar.aspx)
- › Pontos de Atendimento (/Pontos-de-Atendimento)
- › Como Pedir Indenização (/Seguro-DPVAT/Como-Pedir-Indenizacao)

## Dúvidas e Respostas

- › A Seguradora Líder-DPVAT (/Pages/Quem-Somos.aspx)
- › Sobre o Seguro DPVAT (/Pages/Sobre-o-Seguro-DPVAT.aspx)
- › Informações Gerais (/Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-o-Pagamento.aspx)
- › Dicas Indispensáveis (/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)
- › Dicionário do Seguro DPVAT (/Seguro-DPVAT/Dicionario-do-Seguro-DPVAT)
- › Perguntas Frequentes (/Seguro-DPVAT/Perguntas%20Frequentes)

## Atendimento

- › Chat - Atendimento On-line (/Contato/Chat-e-Atendimento-On-Line)
- › Dúvidas, Reclamações e Sugestões (/Contato/Duvidas-Reclamacoes-e-Sugestoes)
- › Telefones de Contato (/Contato/telefones-de-contato)
- › Ouvidoria (/Contato/Ouvidoria)
- › Canal de Denúncias (/Contato/canal-de-Denuncias)
- › Mapa do Site (/Mapa-do-Site)



05/12/2018

Seguradora Líder-DPVAT Acompanhe o Processo

[Termos de uso e política de privacidade \(/Pages/Termos-de-Uso.aspx\)](#)



05/12/2018 21:24

GRavação Importante com o Atendimento DPVAT

Tipo de documento: Outros Documentos

Descrição do documento: GRavação Importante com o Atendimento DPVAT

Id: 18186864

Data da assinatura: 06/12/2018

#### Atenção

Por motivo técnico, este documento não pode ser adicionado à compilação selecionada pelo usuário. Todavia, seu conteúdo pode ser acessado na página 'Detalhes do processo' na aba 'Processos', agrupador 'Documentos'.

Rio de Janeiro, 07 de Novembro de 2016

Carta nº: 9982228

A/C: MARIA DE LOURDES ALEXANDRE DE LIMA

Sinistro: 3160656186 ASL-1136356/16  
Vitima: ANTONIO LUIS DOS SANTOS  
Data Acidente: 30/08/2016  
Natureza: MORTE  
Procurador:

Ref.: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Prezado(a) Senhor(a),

Recebemos em 19/10/2016 a documentação relativa ao acidente ocorrido em 30/08/2016. Realizada a análise preliminar, constatamos a necessidade de regularização ou complementação da documentação e/ou informações, conforme descrevemos a seguir:

- Autorização de pagamento faltando página ,
- Declaração cônjuge faltando página
- Declaração de únicos herdeiros faltando página
- Boletim de ocorrência não conclusivo
- Certidão de óbito não conclusivo
- Comprovação de ato declaratório faltando página

Esclarecemos que o prazo de regulação do processo aberto encontra-se interrompido e se reiniciará a partir do recebimento da documentação acima indicada, juntamente com cópia da presente correspondência, na COMPREV SEGURADORA S/A de origem onde foi realizada sua reclamação de sinistro.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito, o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental.

**NÃO PERCA TEMPO!**

**PROVIDENCIE A DOCUMENTAÇÃO PARA COMPROVAR SEU DIREITO À INDENIZAÇÃO DPVAT;**

Em caso de dúvida, entre em contato conosco pelo SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site [www.dpvatsegurodotransito.com.br](http://www.dpvatsegurodotransito.com.br).

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**





Seguradora Líder - DPVAT

Rio de Janeiro, 07 de Novembro de 2016

Carta nº: 9980429

A/C: MARIA DE LOURDES ALEXANDRE DE LIMA

Sinistro: 3160656186 ASL-1136356/16  
Vítima: ANTONIO LUIS DOS SANTOS  
Data Acidente: 30/08/2016  
Natureza: MORTE  
Procurador:

Ref.: AVISO DE SINISTRO

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que consta em nossos registros, a abertura do pedido de indenização.

Para acompanhar o seu processo, acesse o site [www.dpvatsegurodotransito.com.br](http://www.dpvatsegurodotransito.com.br) ou ligue para o SAC DPVAT 0800 022 12 04.

Para fazer a consulta, tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário. Ao digitar qualquer um desses números no site [www.dpvatsegurodotransito.com.br](http://www.dpvatsegurodotransito.com.br), não utilize barras, pontos ou traços.

Outras informações importantes sobre o seu pedido de indenização:

- O prazo para recebimento da indenização é de até 30 dias. Durante a análise do seu pedido, podem ser solicitados documentos ou informações complementares.
- Quando isso ocorre, o prazo de 30 dias é interrompido e se reinicia a partir da apresentação dos documentos ou das informações complementares.
- O Valor da garantia é de R\$ 13.500,00 para a Natureza Morte, até R\$ 2.700,00 para reembolso de despesas médicas para a Natureza DAMS, e, para Natureza de Invalidez é proporcionalmente ao grau da lesão sofrida e, na forma da lei, pode alcançar o limite máximo de R\$ 13.500,00.

**ATENÇÃO:**

Você não precisa recorrer a intermediários para solicitar ou receber a indenização do Seguro DPVAT. Acompanhe seu processo do início ao fim e cuide você mesmo do recebimento da indenização. É SIMPLES E FÁCIL!

Solicitamos que os documentos sejam encaminhados à COMPREV SEGURADORA S/A de origem onde o sinistro foi cadastrado.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT





Seguradora Líder - DPVAT

Rio de Janeiro, 06 de Fevereiro de 2017

Carta nº: 10467571

A/C: MARIA DE LOURDES ALEXANDRE DE LIMA

Sinistro/Aviso Sinistro Líder: 3160656186 ASL-1136356/16

Vítima: ANTONIO LUIS DOS SANTOS

Data Acidente: 30/08/2016

Natureza: MORTE

Procurador:

Ref.: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Prezado(a) Senhor(a),

Recebemos em 27/01/2017 a documentação relativa ao acidente ocorrido em 30/08/2016. Realizada a análise preliminar, constatamos a necessidade de regularização ou complementação da documentação e/ou informações, conforme descrevemos a seguir:

- Boletim de ocorrência não conclusivo
- Certidão de óbito não conclusivo

Esclarecemos que o prazo de regulação do processo aberto encontra-se interrompido e se reiniciará a partir do recebimento da documentação acima indicada, juntamente com cópia da presente correspondência, na **COMPREV SEGURADORA S/A** onde o aviso de sinistro foi registrado.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito, o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental.

**NÃO PERCA TEMPO!**

**PROVIDENCIE A DOCUMENTAÇÃO PARA COMPROVAR SEU DIREITO À INDENIZAÇÃO DPVAT;**

Em caso de dúvida, entre em contato conosco pelo SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site [www.dpvatsegurodotransito.com.br](http://www.dpvatsegurodotransito.com.br).

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**





Rio de Janeiro, 12 de Abril de 2017

Carta nº: 10821693

A/C: MARIA DE LOURDES ALEXANDRE DE LIMA

Sinistro/Aviso Sinistro Líder: 3160656186 ASL-1136356/16

Vítima: ANTONIO LUIS DOS SANTOS

Data Acidente: 30/08/2016

Natureza: MORTE

Procurador:

Ref.: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Prezado(a) Senhor(a),

Recebemos em **05/04/2017** a documentação relativa ao acidente ocorrido em **30/08/2016**. Realizada a análise preliminar, constatamos a necessidade de regularização ou complementação da documentação e/ou informações, conforme descrevemos a seguir:

- Certidão de óbito não conclusivo

Esclarecemos que o prazo de regulação do processo aberto encontra-se interrompido e se reiniciará a partir do recebimento da documentação acima indicada, juntamente com cópia da presente correspondência, na **COMPREV SEGURADORA S/A** onde o aviso de sinistro foi registrado.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito, o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental.

**NÃO PERCA TEMPO!**

**PROVIDENCIE A DOCUMENTAÇÃO PARA COMPROVAR SEU DIREITO À INDENIZAÇÃO DPVAT;**

Em caso de dúvida, entre em contato conosco pelo SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br).

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**





Rio de Janeiro, 26 de Junho de 2017

Carta nº: 11198452

A/C: MARIA DE LOURDES ALEXANDRE DE LIMA

Sinistro/Aviso Sinistro Líder: 3160656186 ASL-1136356/16

Vítima: ANTONIO LUIS DOS SANTOS

Data Acidente: 30/08/2016

Natureza: MORTE

Procurador:

Ref.: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Prezado(a) Senhor(a),

Recebemos em **08/06/2017** a documentação relativa ao acidente ocorrido em **30/08/2016**. Realizada a análise preliminar, constatamos a necessidade de regularização ou complementação da documentação e/ou informações, conforme descrevemos a seguir:

- Certidão de óbito não conclusivo

Esclarecemos que o prazo de regulação do processo aberto encontra-se interrompido e se reiniciará a partir do recebimento da documentação acima indicada, juntamente com cópia da presente correspondência, na **COMPREV SEGURADORA S/A** onde o aviso de sinistro foi registrado.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito, o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental.

**NÃO PERCA TEMPO!**

**PROVIDENCIE A DOCUMENTAÇÃO PARA COMPROVAR SEU DIREITO À INDENIZAÇÃO DPVAT;**

Em caso de dúvida, entre em contato conosco pelo SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br).

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT



Rio de Janeiro, 12 de Setembro de 2017

Carta nº: 11629959

A/C: MARIA DE LOURDES ALEXANDRE DE LIMA

Sinistro/Aviso Sinistro Líder: 3160656186 ASL-1136356/16

Vítima: ANTONIO LUIS DOS SANTOS

Data Acidente: 30/08/2016

Natureza: MORTE

Procurador:

Ref.: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Prezado(a) Senhor(a),

Recebemos em **05/09/2017** a documentação relativa ao acidente ocorrido em **30/08/2016**. Realizada a análise preliminar, constatamos a necessidade de regularização ou complementação da documentação e/ou informações, conforme descrevemos a seguir:

- Declaração cônjuge não conclusivo
- Certidão de óbito não conclusivo

Esclarecemos que o prazo de regulação do processo aberto encontra-se interrompido e se reiniciará a partir do recebimento da documentação acima indicada, juntamente com cópia da presente correspondência, na **COMPREV SEGURADORA S/A** onde o aviso de sinistro foi registrado.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito, o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental.

**NÃO PERCA TEMPO!**

**PROVIDENCIE A DOCUMENTAÇÃO PARA COMPROVAR SEU DIREITO À INDENIZAÇÃO DPVAT;**

Em caso de dúvida, entre em contato conosco pelo SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br).

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**



Rio de Janeiro, 26 de Janeiro de 2018

Aos Cuidados de: **MARIA DE LOURDES ALEXANDRE DE LIMA**  
Nº Sinistro: **3160656186**  
Vítima: **ANTONIO LUIS DOS SANTOS**  
Data do Acidente: **30/08/2016**  
Cobertura: **MORTE**

Assunto: **EXIGÊNCIA DOCUMENTAL**

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no sinistro cadastrado sob o número **3160656186**, identificamos a necessidade de regularizar a documentação apresentada, conforme a seguir:

- Comprovante de residência não conclusivo

A documentação deve ser entregue na **COMPREV SEGURADORA S/A**, onde o aviso de sinistro foi registrado, juntamente com cópia desta correspondência.

O prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido da indenização do Seguro DPVAT foi **interrompido** e terá sua contagem reiniciada a partir da entrega da documentação complementar na seguradora acima indicada.

Caso a documentação não seja entregue em até **180 dias**, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito neste prazo, o seu pedido

203474





REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

## CERTIDÃO DE ÓBITO

NOME:  
**ANTONIO LUIS DOS SANTOS**

MATRÍCULA:  
**0938560155 2016 4 00008 034 0004151 16**



SEXO  COR  ESTADO CIVIL E IDADE   
NATURALIDADE  DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO  ELEITOR

### FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA

**RITA CRISPIM DE ALMEIDA** Rua Joaquim Ferreira Passos, nº 870, Cruzeiro Campina Grande - PB

### DATA E HORA DE FALECIMENTO

trinta de agosto de dois mil e dezesseis às 13:30 horas

DIA MÊS ANO

30/08/2016

### LOCAL DE FALECIMENTO

RN-118, Sítio Palha em Jucurutu - RN

### CAUSA DA MORTE

traumatismo cranio-encefálico, ação contundente, acidente de trânsito

### SEPULTAMENTO/CREMAÇÃO (MUNICÍPIO E CEMITÉRIO SE CONHECIDO)

Cemitério Público do Bairro Cruzeiro, Campina Grande - PB

### DECLARANTE

Antonio Viviano Nunes Santos

### NOME E NÚMERO DO DOCUMENTO DO MÉDICO QUE ATESTOU O ÓBITO

José Saint Clair de Souza Torres CRM:1498

### OBSERVAÇÕES AVERBAÇÕES

Ato registrado no livro C-8, às fls. 34, sob nº 4151.  
Deixou filho(s).

2º Tabelionato de Notas e Ofício do Registro Civil

Oficial: João Batista Sobrinho  
RUA OTAVIO LAMARTINE, Nº 99 CENTRO  
Jucurutu-RN

(84)9924-4443 / 99362249 / 34292476

email-segundocartoriodejucurutu@hotmail.com

### AUTENTICAÇÃO

Autentico esta fotocópia  
Reprodução fiel do original

Jucurutu, 25/05/2017

Tabelião: [assinatura]

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.  
Jucurutu-RN, 25 de maio de 2017

[assinatura]  
Assinatura do Oficial

2º CARTÓRIO DE JUCURUTU-RN  
João Batista Sobrinho



703008819352777

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE PÚBLICA - SESAP  
UNIDADE HOSPITALAR REGIONAL DO SERIDÓ - UHRS  
Estrada do Perímetro Irrigado Sabugi, S/N - Paulo VI - Caicó/RN  
CEP.: 59.300-000 - Telefone: (84) 3421-9618  
CNPJ: (MF): 08.241.754/0135-57

# BOLETIM DE ATENDIMENTO DE URGÊNCIA

SERVIDOR RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO		DATA	HORA DA ENTRADA	Nº ATENDIMENTO
		30.8.16	15:05	90
CAMPO 1 - IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE				
Os campos devem ser preenchidos por extenso, sem abreviaturas e de forma legível				
NOME	Antonio Luiz dos Santos		DATA DE NASCIMENTO	19.01.45
CPF	RG		IDADE	SEXO
NATURALIDADE	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	CARTÃO SUS	
NOME DA MÃE	Rita Crispina de Almeida		NOME DO PAI	
ENDEREÇO	R. Traquie Ferraz Passos 870		BAIRRO	Caicó
CIDADE/ESTADO	Campina Grande		TELEFONE DE CONTATO	RAÇA/COR
CAMPO 2 - SINAIS VITAIS				
Este campo deve ser preenchido por qualquer profissional de saúde				
PA	mmHg	FC	bpm	FR
6/3				
			TEMP. AXILAR	°C
			SpO2	%
			Glicemia	mg/dl
CAMPO 3 - ANAMNESE/EXAME FÍSICO				
Este campo deve ser preenchido pelo médico plantonista				
Acidente de trânsito, TCE + trauma				
trauma torácico de grande porte, fratura de costela, hêmico				
DIAGNÓSTICO PROVISÓRIO				
fratura de costela				
SCORE DE GLASGOW				
11/10/15/10/15				

Confere com o Original  
Caicó - RN, 05/01/2017  
Márcia Nunes dos Medeiros





Este campo deve ser preenchido pelo médico plantonista

Hipertensão  
Glicemia

SS CX de abdome A.P.  
Rx de tórax A.P.

CAMPO 4 - PRESCRIÇÃO MÉDICA

Este campo deve ser preenchido pelo médico plantonista

Estes exames c/ Paracetamol e doações x 1000

Dr. José Fernandes  
CRM 1506-RN - CPF 039.290.004-15  
Médico do Trabalho

MÉDICO PLANTONISTA/CRM

RESP. ADMINISTRAÇÃO DA MEDICAÇÃO/COREN

CAMPO 6 - CONCLUSÃO DO ATENDIMENTO/DESTINO DO PACIENTE

Este campo deve ser preenchido por qualquer profissional da equipe de enfermagem

MOTIVO DA SAÍDA

- ☐ ALTA MÉDICA
- ☐ EVASÃO
- ☐ RECUSA DO TRATAMENTO
- ☐ ÓBITO

REMOÇÃO/TRANSFERÊNCIA

UNIDADE DE DESTINO: \_\_\_\_\_

DATA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

HORA DA SAÍDA: \_\_\_\_

Confere com o Original  
Calco - RN 25/10/2017  
Márcia B. Silva



ECT - EPP UNAS DE CORREIOS E TELEGRAFOS  
Nº: 30300921 - AC CAMPINA GRANDE

CAMPINA GRANDE - PR  
CNPJ.....: 09026316366434 Tel.:  
Ins. Est.: 160745580

COMPROVANTE DO CLIENTE

Cliente.....: SEGURADORA LIDER CORSOR SEGU  
CNPJ/CPF.....: 0924066000184  
Doc. Post.....: 203482131  
Contrato.....: 3912288636 Cod. Ade.: 11205709  
Cartão.....: 82267655

Havimento.....: 06/10/2016 Hora.....: 11:25:30  
Cidade.....: 71725034 Matrícula.....: 84770821  
Licenciamento.....: 002 Atendimentos.....: 09001  
Modelo.....: 4 Faturar ID Tivente.....: 1206694430

DESCRIÇÃO	QTD.	PREÇO UNIT.
SEGURO DPVAT	1	21,75
Valor do Portafólio.....		21,75
CNPJ/CPF Remet.....: 13061573484		
Nome Remetente.....: MARIA DE LOURDES ALEXANDRE		
Cognome.....: SANTOS		
Endereço Remet.....: Rua João Ferreira P.		
Vila Eudécio.....: 870 - Santa Cruz		
Cep Remetente.....: 58411-400		
Cidade Remet.....: CAMPINA GRANDE		
UF Remet.....: PB		
SEGURO DPVAT ESPELHO	1	35,52
Valor do Portafólio.....		35,52
Des. Destinol.....: 20031-205 (R)		
Taxa real (KE).....: 0,008		
Taxa Tarifada.....: 0,008		
OBJETO.....: SP58953645588		

Obs: Justeça não cobrirá taxa post. eq. de (Desp. de Hora)

TOTAL DO ATENDIMENTO.....: 57,27

Valor declarado na solicitação(R\$)  
No caso de objeto com valor, taxa segura,  
declarando o valor do objeto.

A FATURAR

Reconheço a prestação de serviços e a qualidade dos serviços prestados  
e a prestação de serviços de faturar. Os serviços constantes  
deste comprovante poderão sofrer alterações de acordo com as condições contratuais.

Nome.....: RS  
Ass. Responsável.....:

SEGURO DPVAT - PRO

VITIMA Santos  
468.027.934-53

LEGAL ☒ BENEFICIÁRIO, CUIO PARENTESCO

Fernanda Pessoa  
BAIRRO Crangul  
CEP 58411-400  
TELEFONE (31) 9-9398-4937

ATÉ R\$ 13.500,00  
(= ATÉ R\$ 3.700,00 (REEMBOLSO))

CONTADOS A PARTIR DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO

ACITADOS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES, COMO OS

E WWW.DPVATSEGURODOTRANSITO.COM.BR OU LIGUE

OLICIAL (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)

IMENTO DO CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE

IA SIMPLES E LEGÍVEL)

ÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU

ITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)

RÓPSIA, SE FOR O CASO (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)

EFICIÁRIO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DE

3 (ORIGINAL) PARA CADA BENEFICIÁRIO, COM DOCUMENTOS

A DE FOLHA DE CHEQUE OU CARTÃO BANCÁRIO





DY 72801635 3 BR

ECT - EMI - ENAS DE CABLES E TELEFONOS  
Av. JARDIM 21 - AL CAMPINA GRANDE  
CAMPINA GRANDE - PB  
CNPJ ... 34023163000104 Ins. Est. : 160745900

COMPROMISSO DO CLIENTE

Cliente ..... : SEGURADORA LIDER CONSUM. SECUR  
CNPJ/CPF ..... : 0824686000104  
Doc. Post. .... : 250177546  
Contrato. .... : 012200696 Cod. Adm. : 11205709  
Cartão. .... : 62267555

Manutenção : 15/11/2017 Hora. .... : 15:05:21  
Código ..... : 8204021 Data de emissão : 04/04/08  
Lancamento : 043 Atendimento : 00063  
Modalidade : A Futuro ID Truque : 159050612

DESCRIÇÃO	QTD.	PREÇO(US)
SEGURO LIVRE ATC 20	1	21,75
Valor do Porte(US)	21,75	
Posto real (US)	46	
CNPJ/CPF Remet. : 15067673404		
Nome Remetente : Maria de Lourdes Alesandro		
Cont. Nome : Santos		
Endereço Remet. : RUA RUA Juarez Ferreira P		
Cant. Endereço : 20000-070 Santa Cruz		
Cep Remetente : 50477-400		
Cidade Remet. : CAMPINA GRANDE		
UF Remet. : PB		

POSTAL RESPOSTA DEP.	1	20,00
Valor do Porte(US)	20,00	
Cep Destino : 20031-005 (RJ)		
Posto real (US)	46	
OBJETO : DY72801635300		

Obj Postado após horário 11h Post. as : 01 /  
Depois da Hora

TOTAL DO ATENDIMENTO : 49,75

Valor Declarado não solicitado(US)  
No caso de objeto com valor,  
utilize o serviço adicional de valor declarado.

A FALSA

Reconheço a prestação dos serviços acima  
prestados, ou a aquisição mediante  
apresentação de fatura. Os valores constantes  
deste comprovante poderão sofrer variações de  
acordo com as cláusulas contratuais

Nome : RG :  
Ass. Responsável : .....

Obj Postado após horário 11h Post. as : 01 /  
Depois da Hora

SERV. AUXÍLIOS: DENEITROS E DENEITROS-LEI 6538-76

Os prazos de entrega poderão sofrer alterações  
CAC: Captações e Reg. Eletrônicas/Itens 30030100  
Dados Locais: 00007257202

VIA-CLIENTE : SARA 7.8.00



ECT - EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS  
AN: 3030021 - AO CAMPINA GRANDE

CAMPINA GRANDE - PB  
CPF: 2402231656434 Tel: ...  
Ins Est: 180745500

COMPONENTE DO CLIENTE

Cliente: SEGURADORA LIDER CONDOR SEGU  
CPF/CNPJ: 0824069000104  
Doc. Post: 247251437  
Contrato: 9912231656434 Cód. Adm: 11205709  
Cartão: 62267855

Movimento: 21-08-2017 Hora: 14:59:56  
Cofix: 82025710 Matrícula: 84754700  
Lancamento: 040 Atendimento: 04035  
Modalidade: A Faturar ID Tronco: 1345933755

DESCR/CAD	DTO	PRECO(R\$)
SEGURO DPVAT ATE 30	1	21,75

Valor do Porte(R\$): 21,75  
Peso real (G): 257

CPF/CNPJ Remet: 10881678404

Nome Remetente: Maria de Lourdes Almeida

Cont. Nome: Santos

Endereço Remet: RUA Rua Joaquim Ferreira P

Cont. Endereço: 22005-205 - Santa Cruz

Cep Remetente: 56417-400

Cidade Remet: CAMPINA GRANDE

UF Remet: PB

POSTAL RESPOSTA DPV	1	20,00
---------------------	---	-------

Valor do Porte(R\$): 20,00

Cep Destino: 29035-205 (RJ)

Peso real (G): 261

OBJETO: 0Y1875162680

Obj Postado após horário 1 in post ag. (B) (Depois da Hora)

TOTAL DO ATENDIMENTO(R\$) 49,75

Valor Declarado não colado(R\$)

No caso de objeto com valor,

utilize o serviço adicional de valor declarado.

A FATURAR

Reconheço a prestação dos(ais) serviços(ais) acima  
prestado(s), o(s) qual(is) passarei mediante  
apresentação de fatura. Os valores constantes  
deste comprovante poderão sofrer variações de  
acordo com as cláusulas contratuais.

Nome:

RG:

Ass. Responsável:

Obj Postado após horário 1 in post ag. (B) (Depois da Hora)

SERV. POSTAIS, LOQUELOS E DEVERES-LEI 6538/78

CAC - Capitais e Rendas Mútuas: 30030100

Demais Local Índices: 0800725722 Sugestões e

Reclamações: 08007258100-ww.cometec.com.br

VIA-CLIENTE

SARA T.T.08



EMP. DE TRANSP. DE CARGAS E PESSOAS  
R. JARDIM - NO CAMPINA GRANDE

CAMPINA GRANDE - PE  
CNPJ: 04.628.063/0001-04 Tel: 33-3333  
Ins. Est: 1.987.45308

COMPROMISSO DO CLIENTE

CLIENTE: FERRADURA LIDER CONCRETO S/A  
CNPJ/CPF: 04.790.000/0001-04  
RUA: 13462121  
Cidade: 55120626 Cep: 44011-200709  
UF: 1320761

Montagem: 01-10-2010 Hora: 13:25:30  
Data: 01-10-2010 Matrícula: 04770621  
Liquidação: 001 Afiliado: 0001  
Modelo: 0001 - A Fatura: 01 - Fatura: 1204699458

DESCRIÇÃO: 010 255,14  
SOLICITAÇÃO: 1 21,74

Valor do Portador: 25,74  
CNPJ/CPF Emit: 1808173404  
Nome Remetente: MARIA DE LOPES ALEXANDRE  
Curr. Acum.: 00000  
Endereço Remet: RUA DAS JARDIM FERREIRA 01  
Cidade Remet: 55120626 Cep: 44011-200709  
Cidade Remet: 55120626  
Cidade Remet: CAMPINA GRANDE  
UF Remet: PE

VALOR DO PORTADOR: 25,74

Valor do Portador: 25,74  
CNPJ/CPF Emit: 1808173404  
Nome Remetente: MARIA DE LOPES ALEXANDRE  
Curr. Acum.: 00000  
Endereço Remet: RUA DAS JARDIM FERREIRA 01  
Cidade Remet: 55120626 Cep: 44011-200709  
Cidade Remet: 55120626  
Cidade Remet: CAMPINA GRANDE  
UF Remet: PE

01) Portador não autorizado para portar em nome de Maria

TOTAL DO ATENDIMENTO: 57,21

Valor declarado não cobrado pelo  
No caso de objeto com valor, não se aplica  
Declaração de valor de objeto

A FORTUNA

Resumo da prestação de serviço: 01/10/2010  
O presente é um documento de prestação de serviço  
horizontalizado de forma a ser utilizado para  
fornecer informações sobre o serviço prestado  
e sobre o valor do mesmo.

Rua: 13462121  
Cidade: 55120626

01) Portador não autorizado para portar em nome de Maria

EMP. DE TRANSP. DE CARGAS E PESSOAS

Ins. Est: 1.987.45308 Matrícula: 04770621  
Jornal Localização: 0007257282 Matrícula: 0001  
Fatura: 0001 - A Fatura: 01 - Fatura: 1204699458

VIA-CLIENTE DATA: 01/10/2010

DY 72801635 3 BR

EMP. DE TRANSP. DE CARGAS E PESSOAS  
R. JARDIM - NO CAMPINA GRANDE  
CNPJ: 04.628.063/0001-04 Tel: 33-3333  
Ins. Est: 1.987.45308

COMPROMISSO DO CLIENTE

CLIENTE: FERRADURA LIDER CONCRETO S/A  
CNPJ/CPF: 04.790.000/0001-04  
RUA: 13462121  
Cidade: 55120626 Cep: 44011-200709  
UF: 1320761

Montagem: 01-10-2010 Hora: 13:25:30  
Data: 01-10-2010 Matrícula: 04770621  
Liquidação: 001 Afiliado: 0001  
Modelo: 0001 - A Fatura: 01 - Fatura: 1204699458

DESCRIÇÃO: 010 255,14  
SOLICITAÇÃO: 1 21,74

Valor do Portador: 25,74  
CNPJ/CPF Emit: 1808173404  
Nome Remetente: MARIA DE LOPES ALEXANDRE  
Curr. Acum.: 00000  
Endereço Remet: RUA DAS JARDIM FERREIRA 01  
Cidade Remet: 55120626 Cep: 44011-200709  
Cidade Remet: 55120626  
Cidade Remet: CAMPINA GRANDE  
UF Remet: PE

VALOR DO PORTADOR: 25,74

Valor do Portador: 25,74  
CNPJ/CPF Emit: 1808173404  
Nome Remetente: MARIA DE LOPES ALEXANDRE  
Curr. Acum.: 00000  
Endereço Remet: RUA DAS JARDIM FERREIRA 01  
Cidade Remet: 55120626 Cep: 44011-200709  
Cidade Remet: 55120626  
Cidade Remet: CAMPINA GRANDE  
UF Remet: PE

01) Portador não autorizado para portar em nome de Maria

TOTAL DO ATENDIMENTO: 57,21

Valor declarado não cobrado pelo  
No caso de objeto com valor, não se aplica  
Declaração de valor de objeto

A FORTUNA

Resumo da prestação de serviço: 01/10/2010  
O presente é um documento de prestação de serviço  
horizontalizado de forma a ser utilizado para  
fornecer informações sobre o serviço prestado  
e sobre o valor do mesmo.

Rua: 13462121  
Cidade: 55120626

01) Portador não autorizado para portar em nome de Maria

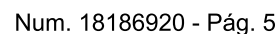
EMP. DE TRANSP. DE CARGAS E PESSOAS

Ins. Est: 1.987.45308 Matrícula: 04770621  
Jornal Localização: 0007257282 Matrícula: 0001  
Fatura: 0001 - A Fatura: 01 - Fatura: 1204699458

VIA-CLIENTE DATA: 01/10/2010









Via FCPB  
IF 67388959 2 BB





(/)



Buscar no site



A COMPANHIA ▾ SEGURO DPVAT ▾ PONTOS DE ATENDIMENTO (/Pontos-de-Atendimento) CENTRO DE DADOS E ESTATÍSTICAS ▾ SALA DE IMPRENSA ▾ TRABALHE CONOSCO ▾ CONTATO ▾

Seguro DPVAT

## Acompanhe o Processo de Indenização

[Nova Consulta](#)

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

### SINISTRO 3160656186 - Resultado de consulta por beneficiário

**VÍTIMA** ANTONIO LUIS DOS SANTOS  
**COBERTURA** Morte

ww.seguradoralider.com.br/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx?cpfConsultaPedido=18861679404&sinistroConsultaPe... 1/4



**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO**

SEGURADORA LÍDER DPVAT - OPERAÇÃO CORREIOS

**BENEFICIÁRIO** MARIA DE LOURDES ALEXANDRE DE LIMA**CPF/CNPJ:** 18861679404**Posição em 27-11-2018 15:01:19**

Seus documentos estão em fase de digitalização e depois serão analisados pela equipe técnica da seguradora. O prazo regulamentar para análise do seu processo é de até 30 dias, desde que não haja necessidade de documentos ou informações adicionais. Por favor, aguarde e continue acompanhando seu processo neste site.

**ACESSIBILIDADE**[\(/Pages/Acessibilidade.aspx\)](/Pages/Acessibilidade.aspx)[\(/Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx\)](/Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx)

A A A ●

**COMO PEDIR INDENIZAÇÃO**[Documentos Despesas Médicas \(/Pages/Documentacao-Despesas-Medicas.aspx\)](/Pages/Documentacao-Despesas-Medicas.aspx)[Documentos Invalidez Permanente \(/Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx\)](/Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx)[Documentos Morte \(/Pages/Documentacao-Morte.aspx\)](/Pages/Documentacao-Morte.aspx)[Dicas Indispensáveis \(/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx\)](/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)**PAGUE SEGURO**[Como Pagar \(/Pages/Pague-Seguro.aspx\)](/Pages/Pague-Seguro.aspx)[Consulta a Pagamentos Efetuados \(/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetuos.aspx\)](/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetuos.aspx)[Informações Gerais \(/Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-o-Pagamento.aspx\)](/Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-o-Pagamento.aspx)



Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização.  
(/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx)

([https://twitter.com/youngdongdpvat\\_official/](https://twitter.com/youngdongdpvat_official/))  
 I%C3%ADder-  
 dpvat)

- › Chat - Atendimento On-line (/Contato/Chat-e-Atendimento-On-Line)
- › Dúvidas, Reclamações e Sugestões (/Contato/Duvidas-Reclamacoes-e-Sugestoes)
- › Telefones de Contato (/Contato/telefones-de-contato)
- › Ouvidoria (/Contato/Ouvidoria)
- › Canal de Denúncias (/Contato/canal-de-Denuncias)
- › Mapa do Site (/Mapa-do-Site)





[Termos de uso e política de privacidade \(/Pages/Termos-de-Uso.aspx\)](#)



ANEXADO EM PDF



 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			<b>Número do boleto:</b> 001.5.18.11445/01
<b>Nº do Processo:</b>	<b>Comarca:</b> Campina Grande	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO ORDINARIO - CIVEL - 7	<b>Data de emissão:</b> 06/12/2018
<b>Número da guia:</b> 001.2018.611445 <b>Tipo da Guia:</b> Custas Prévias			<b>Data de vencimento:</b> 31/12/2018
<b>Detalhamento:</b> - Custas Processuais: R\$ 988,20 - Taxa Judiciária: R\$ 202,50 - Taxa bancária: R\$ 1,35			<b>UFR vigente:</b> R\$ 49,41
<b>Observações:</b> - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - A distribuição do processo será realizada após a confirmação do pagamento da guia.			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7228.039-6
			<b>Parcela:</b> 1/1
			<b>Valor total:</b> R\$ 1.192,05
			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
866500000116 920509283189 520181231009 151811445015 			<b>Valor final:</b> R\$ 1.192,05

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			<b>Número do boleto:</b> 001.5.18.11445/01
<b>Nº do Processo:</b>	<b>Comarca:</b> Campina Grande	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO ORDINARIO - CIVEL - 7	<b>Data de emissão:</b> 06/12/2018
<b>Número da guia:</b> 001.2018.611445 <b>Tipo de Guia:</b> Custas Prévias			<b>Data de vencimento:</b> 31/12/2018
<b>Detalhamento:</b> - Custas Processuais: R\$ 988,20 - Taxa Judiciária: R\$ 202,50 - Taxa bancária: R\$ 1,35			<b>UFR vigente:</b> R\$ 49,41
<b>Observações:</b> - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - A distribuição do processo será realizada após a confirmação do pagamento da guia.			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7228.039-6
866500000119205092831852018123100151811445015			<b>Parcela:</b> 1/1
			<b>Valor total:</b> R\$ 1.192,05
			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
866500000116 920509283189 520181231009 151811445015 			<b>Valor final:</b> R\$ 1.192,05

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			<b>Número do boleto:</b> 001.5.18.11445/01
<b>Nº do Processo:</b>	<b>Comarca:</b> Campina Grande	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO ORDINARIO - CIVEL - 7	<b>Data de emissão:</b> 06/12/2018
<b>Número da guia:</b> 001.2018.611445 <b>Tipo de Guia:</b> Custas Prévias			<b>Data de vencimento:</b> 31/12/2018
<b>Detalhamento:</b> - Custas Processuais: R\$ 988,20 - Taxa Judiciária: R\$ 202,50 - Taxa bancária: R\$ 1,35			<b>UFR vigente:</b> R\$ 49,41
<b>Observações:</b> - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - A distribuição do processo será realizada após a confirmação do pagamento da guia.			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7228.039-6
			<b>Parcela:</b> 1/1
			<b>Valor total:</b> R\$ 1.192,05
			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
866500000116 920509283189 520181231009 151811445015 			<b>Valor final:</b> R\$ 1.192,05





Poder Judiciário do Estado da Paraíba  
Tribunal de Justiça  
Sistema de Custas Online

**Guia de Custas Prévias**

**Nº Guia:** 001.2018.611445

**Data Vencimento:** 31/12/2018

**Data Emissão:** 06/12/2018

**Comarca:** Campina Grande

**Classe:** PROCEDIMENTO ORDINARIO - CIVEL - 7

**Promovente:** MARIA DE LOURDES ALEXANDRE SANTOS

**Promovido:** SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO LTDA

**Valor da Causa:** R\$ 13.500,00

**Despesas Processuais:** R\$ 0,00

**Custas:** R\$ 988,20

**Taxa:** R\$ 202,50

**Total da Guia:** R\$ 1.190,70

Certifico que os dados referentes a comarca, classe, partes, valor da causa e diligências constantes na guia de custas online conferem com os dados constantes na petição inicial, conforme as leis 5.672/92 e 6.688/98.

---

Servidor

**APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA QUANDO DO PROTOCOLAMENTO DA AÇÃO.**





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**3ª Vara Cível de Campina Grande**

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0820632-90.2018.8.15.0001

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Inicialmente, defiro a justiça gratuita.

Em seguida, compulsando-se detidamente os presentes autos, verifica-se que a parte autora pleiteia o recebimento do seguro DPVAT pela morte do cônjuge, todavia da certidão de óbito juntada aos autos verifica-se que este deixou filhos, pelo que deverá ser intimada a promovente para, em 30 dias, habilitar os herdeiros ou, alternativamente juntar termo de renúncia expressa destes, sob pena de indeferimento da inicial.

Ainda, requereu a parte autora tutela de urgência nos termos do extinto art.273, diploma processual 1973 CPC, em igual prazo ofertado, deverá emendar a inicial adequando ao sistema processual vigente CPC/2015.

*Intimações e demais diligências necessárias.*

Campina Grande-PB, *Data Eletrônica*

**THANA MICHELLE CARNEIRO RODRIGUES**

*Juíza de Direito – 3ª Vara Cível*





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**3ª Vara Cível de Campina Grande**

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0820632-90.2018.8.15.0001

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Inicialmente, defiro a justiça gratuita.

Em seguida, compulsando-se detidamente os presentes autos, verifica-se que a parte autora pleiteia o recebimento do seguro DPVAT pela morte do cônjuge, todavia da certidão de óbito juntada aos autos verifica-se que este deixou filhos, pelo que deverá ser intimada a promovente para, em 30 dias, habilitar os herdeiros ou, alternativamente juntar termo de renúncia expressa destes, sob pena de indeferimento da inicial.

Ainda, requereu a parte autora tutela de urgência nos termos do extinto art.273, diploma processual 1973 CPC, em igual prazo ofertado, deverá emendar a inicial adequando ao sistema processual vigente CPC/2015.

*Intimações e demais diligências necessárias.*

Campina Grande-PB, *Data Eletrônica*

**THANA MICHELLE CARNEIRO RODRIGUES**

*Juíza de Direito – 3ª Vara Cível*



Anexada em PDF





AO EXCELENTÍSSIMO JUÍZO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE –  
PARAÍBA

## **PRIORIDADE PROCESSUAL- MAIOR DE 65 ANOS (IDOSO)**

**MARIA DE LOURDES ALEXANDRE SANTOS**, já qualificada nos autos, devidamente representada por sua advogada que ao final subscreve, com fulcro no artigo 276, caput, do Código de Processo Civil, vêm com o devido respeito à Vossa Excelência **EMENDAR A INICIAL**, nos termos referentes abaixo delineados.

**Onde se lê;**

### **III – Da tutela de urgência**

O instituto da tutela antecipada é previsto no artigo 273 do Código de Processo Civil e exige, além da prova inequívoca e da verossimilhança da alegação, que haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação.

**Leia-se;**

### **III – Da tutela de urgência**

O instituto da tutela de urgência é previsto no artigo 300 e seguintes do Código de Processo Civil e exige, além da prova inequívoca e da verossimilhança da alegação, que haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação.

A concessão da tutela de urgência faz-se necessárias e conveniente ante o caráter de urgência de tal maneira. Estando presentes todos os requisitos encenadores da redução por liminar, é justa sua determinação por Vossa Excelência.



**V- DOS PEDIDOS;**

**Onde se lê;**

b) Que Vossa Excelência designe data para realização de Audiência de Conciliação, expedindo-se o competente mandado de citação da parte ré no endereço fornecido pela autora, citação essa que deverá ser por CORREIOS COM AVISO DE RECEBIMENTO (AR), nos termos dos Arts. 221, inciso I e 222, do CPC, para nela comparecer, caso queira, apresentar contestação no prazo legal, sob pena de confissão e revelia.

**Leia-se;**

b) Que Vossa Excelência designe data para realização de Audiência de Conciliação, expedindo-se o competente mandado de citação da parte ré no endereço fornecido pela autora, citação essa que deverá ser por CORREIOS COM AVISO DE RECEBIMENTO (AR), nos termos dos Arts. 246 e 247 do CPC, para nela comparecer, caso queira, apresentar contestação no prazo legal, sob pena de confissão e revelia;

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Campina Grande, 29 de janeiro de 2019.

**GISELY GALVÃO  
ADVOGADA  
OAB – PB 25402**



AO EXCELENTÍSSIMO JUÍZO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE – PB.

**PRIORIDADE PROCESSUAL- MAIOR DE 65 ANOS (IDOSO)**

**MARIA DE LOURDES ALEXANDRE SANTOS**, já qualificada nos autos em epígrafe, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, através de sua advogada que esta subscreve conforme procuração informar e requerer o que segue;

**I - Informações importantes a saber:**

A parte autora era casada com o instituidor do seguro, o mesmo deixou herdeiros, mas que não são filhos da requerente, são somente do segurado que sofreu o acidente. Desse modo, convém aqui salientar que o que se pleiteia **é somente o pagamento da cota parte da cônjuge do de cujus**, haja vista que esse pedido foi feito em separado, pois, como é sabido a cônjuge do beneficiário tem direito a receber 50% dos proventos do seguro DPVAT em virtude de morte de seu consorte e o restante é pago aos demais herdeiros legítimos.

Ocorro que, os pedidos podem ser feitos separados tanto do cônjuge como dos herdeiros abaixo habilitados. Todos, tanto a cônjuge como os herdeiros solicitaram os pagamentos de suas cotas partes e estão sendo vilipendiados em seus direitos pelo seguro, que busca todo tipo de empecilhos a mais de dois anos para não pagar aquilo que cabe a quem é de direito.

Desse modo, conforme despacho exarado (Id 18254332), **requer desde já a habilitação dos herdeiros do segurado beneficiário do DPVAT**, para que assim tenha seguimento o processo em tela. Em anexo segue documentação pessoal como prova irrefutável da



qualidade dos herdeiros, procurações para que esta patrona os represente durante a marcha processual, como também já colecionada nos autos certidão de casamento que comprova a qualidade de cônjuge da parte autora.

Segue dados pessoais dos herdeiros (Filhos do *de cujus*) para habilitação;

ADRIANA SOUSA SANTOS Portadora  
do RG nº 20.389.079-3 e do CPF nº 098.827.957-65  
RESIDENTE - RUA ALAMEDA ACÁCIA N: 576  
PARQUE FLORA NOVA JERACU CEP 26040-760  
CIDADE RIO DE JANEIRO ESTADO RIO DE JANEIRO

Eu, EDVALDO SOUSA SANTOS, brasileiro (x), portador  
(x) do RG nº 13.054.913-2 e do CPF nº 091.405.337-00 residente e  
domiciliado Parque Flora (u) RUA ALAMEDA ACÁCIA no 576 (a)  
NOVA JERACU CEP 26040-760  
CIDADE RIO DE JANEIRO  
ESTADO RIO DE JANEIRO RJ

Vinícius SOUSA SANTOS Portadora  
do RG nº 13.054.913-2 e do CPF nº 091.405.337-00  
RESIDENTE - RUA ALAMEDA ACÁCIA N: 576  
PARQUE FLORA NOVA JERACU  
CIDADE RIO DE JANEIRO CEP 26040-760  
ESTADO RIO DE JANEIRO

Eu, ADRIANA SOUSA SANTOS, brasileiro (a), portador  
(a) do RG nº 20.389.079-3 e do CPF nº 098.827.957-65 residente e  
domiciliado Parque Flora (u) RUA ALAMEDA ACÁCIA no 576 (a)  
NOVA JERACU CEP 26040-760  
CIDADE RIO DE JANEIRO  
ESTADO RIO DE JANEIRO RJ



Eu, Antônio Viriano Nunes Santos, brasileiro (a), portador  
(a) do RG nº 310 6570 5522 do CPF nº 059 610 734-08, residente e  
domiciliado (a) no (a)  
Rua: José Wílton Gomes de Figueiredo, nº 49 Ap-502,  
Cairo - Malinas, Edifício Parque de Vopalis,  
Campina Grande, PB.

Eu, Quis Antônio Sousa, brasileiro (a), portador  
(a) do RG nº 09-781.882-7 e do CPF nº 032 664 887-92, residente e  
domiciliado (a) no (a)  
à Rua Rosa de Saron nº 65  
Guarapulo - Paracambi - RJ.

Eu, José Carlos Sousa Santos, brasileiro (a), portador  
(a) do RG nº 09839 537-9 e do CPF nº 033 561 137-04, residente e  
domiciliado (a) no (a)  
à Alameda Glória, nº 20  
Parque Glória, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Campina Grande, 29 de janeiro de 2019.

**GISELY GALVÃO**  
**ADVOGADA**  
**OAB – PB 25402**



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 20.389.079-3 DATA DE EXPEDIÇÃO 21/09/2015

NOME ADRIANA SOUSA SANTOS

FILIAÇÃO ANTONIO LUIS DOS SANTOS  
SEVERINA SOUSA SANTOS

NATURALIDADE RIO DE JANEIRO DATA DE NASCIMENTO 13/04/1962

DOC. ORIGEM C. NASC LIV A69 FLS 201 TERM 41175 C 001  
NOVA IGUAÇU RJ

CPF 001 2 Via

JOSÉ CARLOS DOS SANTOS ARAÚJO  
PRESIDENTE DO DETRAN-RJ  
ID 0554685

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83 0496





GOVERNADORIA DO BRASIL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL  
DETRAN - DIRETORIA DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL



0496

Polegar Direito



Assinatura do Titular

*Adriana Sousa Santos*

CARTEIRA DE IDENTIDADE





REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME  
LUIS ANTONIO SOUSA

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF  
097818827D1CRJ

CPF  
032.664.887-92

DATA NASCIMENTO  
08/02/1971

FILIAÇÃO  
ANTONIO LUIS DOS SANTOS  
SEVERINA SOUSA SANTOS

PERMISSÃO  
ACC  
CAT. HAB.  
E

Nº REGISTRO  
01168079200

VALIDADE  
20/07/2019

1ª HABILITAÇÃO  
13/03/2000

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL  
990322329

VALID





VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 13.054.913-2 DATA DE EXPEDIÇÃO 10/04/2017

NOME  
EDVALDO SOUSA SANTOS

FILIAÇÃO  
ANTÔNIO LUIS DOS SANTOS  
SEVERINA SOUSA SANTOS

NATURALIDADE  
CAMPINA GRANDE/PB DATA DE NASCIMENTO  
22/10/1976

DOC. ORIGEM  
C. NASC LIV 09 FLS 120 TERM 10053  
CAMPINA GRANDE PB

CPF  
091.405.337-00  
001 2 Via

VINÍCIUS FREDEIROS PAZAH  
PRESIDENTE DO DETRAN-PB

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83 0496





VALID

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL  
DETRAN - DIRETORIA DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL



0496

Polegar Direito



Edvaldo S. Santos

CARTEIRA DE IDENTIDADE



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO  
CARTeira NACIONAL DE HABILITAÇÃO



NOME

JOSE CARLOS SOUSA SANTOS

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF  
098395379DETRANRJ

CPF DATA NASCIMENTO  
033.561.137-04 15/09/1972

FILIAÇÃO  
ANTONIO LUIS DOS  
SANTOS  
SEVERINA SOUSA SANTOS

PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB.

AE

Nº REGISTRO

00086553971

VALIDADE

07/05/2022

1ª HABILITAÇÃO

14/12/1995

Assinatura

*Jose Carlos Sousa Santos*





**PROCURAÇÃO PARA FORO EM GERAL**

**OUTORGANTE:**

ADRIANA SOUSA SANTOS PORTADORA  
do RG nº 20.389.079-3 e do CPF nº 098.827.957-65  
RESIDENTE - RUA ALAMEDA ACARÁ N: 576  
PARQUE FLORA NOVA JENACÚ CEP 26030-760  
CIDADE RIO DE JANEIRO ESTADO RIO DE JANEIRO

**OUTORGADO:** Gisely dos Santos Galvão, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB-PB sob nº 25402, e-mail: [giselyk@hotmail.com](mailto:giselyk@hotmail.com).

**OBJETO:** Representar o (s) outorgante (s), promovendo a defesa dos seus direitos e interesses, podendo, para tanto, propor quaisquer ações, medidas incidentais, acompanhar os processos administrativos e propor ação judicial em instâncias singulares, tribunais e repartições públicas.

**PODERES:** Nos termos do art. 105 do Código de Processo Civil, os contidos na cláusula "ad judicia et extra", para, em nome do outorgante, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, ou fora deles, defender seus interesses, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defender os interesses do outorgante nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os; podendo, portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, assinar termo, oferecer defesa, direta ou indireta, interpor recursos, ajuizar ações e conduzir os respectivos processos, solicitar, providenciar e ter acesso a documentos de qualquer natureza, sendo o presente instrumento de mandato oneroso e contratual podendo substabelecer este a outrem, com ou sem reserva de poderes, dando tudo por bom e valioso, a fim de praticar todos os demais atos necessários ao fiel desempenho deste mandato.

**PODERES ESPECÍFICOS:** A presente procuração outorga a Advogada acima descrita, os poderes especiais para receber citação, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, firmar compromissos ou acordos, receber valores, dar e receber quitação, levantar ou receber RPV's e ALVARÁS, pedir justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, em conformidade com a norma do art. 105 da Lei 13.105/2015.

Campina Grande, 14 de Janeiro de 2019.

Adriana Sousa Santos

Outorgante

Telefone para contato: (083) 9.9998-5388 / E-mail: [giselyk@hotmail.com](mailto:giselyk@hotmail.com)





Anexada em pdf



**PROCURAÇÃO PARA FORO EM GERAL**

**OUTORGANTE:**

Verônica Sousa Santos Portadora  
do RG nº 13054913-9, do CPF nº 991405337-00  
RESIDENTE: RUA ALAMEDA ACACIA N. 576  
PARQUE FLORA NOVA JUAÇU  
CIDADE RIO DE JANEIRO CEP 26040-760  
ESTADO: RIO DE JANEIRO

**OUTORGADO:** Gisely dos Santos Galvão, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB-PB sob nº 25402, e-mail: [giselyk@hotmail.com](mailto:giselyk@hotmail.com).

**OBJETO:** Representar o (s) outorgante (s), promovendo a defesa dos seus direitos e interesses, podendo, para tanto, propor quaisquer ações, medidas incidentais, acompanhar os processos administrativos e propor ação judicial em instâncias singulares, tribunais e repartições públicas.

**PODERES:** Nos termos do art. 105 do Código de Processo Civil, os contidos na cláusula "ad judicia et extra", para, em nome do outorgante, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, ou fora deles, defender seus interesses, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defender os interesses do outorgante nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os; podendo, portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, assinar termo, oferecer defesa, direta ou indireta, interpor recursos, ajuizar ações e conduzir os respectivos processos, solicitar, providenciar e ter acesso a documentos de qualquer natureza, sendo o presente instrumento de mandato oneroso e contratual podendo substabelecer este a outrem, com ou sem reserva de poderes, dando tudo por bom e valioso, a fim de praticar todos os demais atos necessários ao fiel desempenho deste mandato.

**PODERES ESPECÍFICOS:** A presente procuração outorga a Advogada acima descrita, os poderes especiais para receber citação, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, firmar compromissos ou acordos, receber valores, dar e receber quitação, levantar ou receber RPV's e ALVARÁS, pedir justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, em conformidade com a norma do art. 105 da Lei 13.105/2015.

Campina Grande, 14 de Janeiro de 2019.

Verônica Sousa Santos

Outorgante

Telefone para contato: (083) 9.9998-5388 / E-mail: [giselyk@hotmail.com](mailto:giselyk@hotmail.com)



### PROCURAÇÃO PARA FORO EM GERAL

**OUTORGANTE:** Antonio Viviano Nunes Santos, brasileiro, casado, portador do RG de nº 3106570 e CPF 059.610.734-08.

**OUTORGADO:** Gisely dos Santos Galvão, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB-PB sob nº 25402, e-mail: [giselyk@hotmail.com](mailto:giselyk@hotmail.com).

**OBJETO:** Representar o (s) outorgante (s), promovendo a defesa dos seus direitos e interesses, podendo, para tanto, propor quaisquer ações, medidas incidentais, acompanhar os processos administrativos e propor ação judicial em instâncias singulares, tribunais e repartições públicas.

**PODERES:** Nos termos do art. 105 do Código de Processo Civil, os contidos na cláusula “ad judicia et extra”, para, em nome do outorgante, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, ou fora deles, defender seus interesses, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defender os interesses do outorgante nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os; podendo, portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, assinar termo, oferecer defesa, direta ou indireta, interpor recursos, ajuizar ações e conduzir os respectivos processos, solicitar, providenciar e ter acesso a documentos de qualquer natureza, sendo o presente instrumento de mandato oneroso e contratual podendo subestabelecer este a outrem, com ou sem reserva de poderes, dando tudo por bom e valioso, a fim de praticar todos os demais atos necessários ao fiel desempenho deste mandato.

**PODERES ESPECÍFICOS:** A presente procuração outorga a Advogada acima descrita, os poderes especiais para receber citação, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, firmar compromissos ou acordos, receber valores, dar e receber quitação, levantar ou receber RPV's e ALVARÁS, pedir justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, em conformidade com a norma do art. 105 da Lei 13.105/2015.

Campina Grande, 23 de Janeiro de 2019.



Outorgante

Telefone para contato: (083) 9.9998-5388 / E-mail: [giselyk@hotmail.com](mailto:giselyk@hotmail.com)

Scanned by CamScanner



Anexadas em pdf.



**PROCURAÇÃO PARA FORO EM GERAL**

**OUTORGANTE:**

EDUALDO SOUSA SANTOS PORTADOR  
DO RG nº 13.054.913-2 e DO CPF nº 091.405.337-00  
RESIDENTE - RUA ALAMEDA ACÁCIA N: 526  
PARQUE FLORA NOVA IGUAÇU  
CIDADE RIO DE JANEIRO ESTADO RIO DE JANEIRO  
CEP 26040-760

**OUTORGADO:** Gisely dos Santos Galvão, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB-PB sob nº 25402, e-mail: [giselyk@hotmail.com](mailto:giselyk@hotmail.com).

**OBJETO:** Representar o (s) outorgante (s), promovendo a defesa dos seus direitos e interesses, podendo, para tanto, propor quaisquer ações, medidas incidentais, acompanhar os processos administrativos e propor ação judicial em instâncias singulares, tribunais e repartições públicas.

**PODERES:** Nos termos do art. 105 do Código de Processo Civil, os contidos na cláusula "ad judicium et extra", para, em nome do outorgante, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, ou fora deles, defender seus interesses, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defender os interesses do outorgante nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os; podendo, portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, assinar termo, oferecer defesa, direta ou indireta, interpor recursos, ajuizar ações e conduzir os respectivos processos, solicitar, providenciar e ter acesso a documentos de qualquer natureza, sendo o presente instrumento de mandato oneroso e contratual podendo substabelecer este a outrem, com ou sem reserva de poderes, dando tudo por bom e valioso, a fim de praticar todos os demais atos necessários ao fiel desempenho deste mandato.

**PODERES ESPECÍFICOS:** A presente procuração outorga a Advogada acima descrita, os poderes especiais para receber citação, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, firmar compromissos ou acordos, receber valores, dar e receber quitação, levantar ou receber RPV's e ALVARÁS, pedir justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, em conformidade com a norma do art. 105 da Lei 13.105/2015.

Campina Grande, 14 de Janeiro de 2019.

*Edualdo Sousa Santos*

Outorgante

Telefone para contato: (083) 9.9998-5388 / E-mail: [giselyk@hotmail.com](mailto:giselyk@hotmail.com)





**PROCURAÇÃO PARA FORO EM GERAL**

**OUTORGANTE:**

João Luís Antônio Sousa - Portador do RG  
09.781.882-7 e do CPF 032.664.889-92  
domiciliado à Rua Para de Sousa nº 65  
Quarapituba - Paracambi - RJ.

**OUTORGADO:** Gisely dos Santos Galvão, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB-PB sob nº 25402, e-mail: [giselyk@hotmail.com](mailto:giselyk@hotmail.com).

**OBJETO:** Representar o (s) outorgante (s), promovendo a defesa dos seus direitos e interesses, podendo, para tanto, propor quaisquer ações, medidas incidentais, acompanhar os processos administrativos e propor ação judicial em instâncias singulares, tribunais e repartições públicas.

**PODERES:** Nos termos do art. 105 do Código de Processo Civil, os contidos na cláusula "ad judicium et extra", para, em nome do outorgante, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, ou fora deles, defender seus interesses, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defender os interesses do outorgante nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os; podendo, portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, assinar termo, oferecer defesa, direta ou indireta, interpor recursos, ajuizar ações e conduzir os respectivos processos, solicitar, providenciar e ter acesso a documentos de qualquer natureza, sendo o presente instrumento de mandato oneroso e contratual podendo substabelecer este a outrem, com ou sem reserva de poderes, dando tudo por bom e valioso, a fim de praticar todos os demais atos necessários ao fiel desempenho deste mandato.

**PODERES ESPECÍFICOS:** A presente procuração outorga a Advogada acima descrita, os poderes especiais para receber citação, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, firmar compromissos ou acordos, receber valores, dar e receber quitação, levantar ou receber RPV's e ALVARÁS, pedir justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, em conformidade com a norma do art. 105 da Lei 13.105/2015.

Campina Grande, 14 de Janeiro de 2019.

João Luís Antônio Sousa

Outorgante

Telefone para contato: (083) 9.9998-5388 / E-mail: [giselyk@hotmail.com](mailto:giselyk@hotmail.com)



Anexada em PDF





**PROCURAÇÃO PARA FORO EM GERAL**

**OUTORGANTE:**

Eu, José Carlos Sousa Santos, Portador do RG  
09.839.537-9 e do CPF 033.561.137-04  
Domiciliado à Rua Alameda Flora, N.º 20, Bairro  
Parque Flora, Cidade Nova Iguaçu, RJ de Janeiro

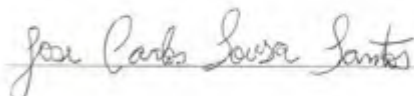
**OUTORGADO:** Gisely dos Santos Galvão, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB-PB sob nº 25402, e-mail: [giselyk@hotmail.com](mailto:giselyk@hotmail.com).

**OBJETO:** Representar o (s) outorgante (s), promovendo a defesa dos seus direitos e interesses, podendo, para tanto, propor quaisquer ações, medidas incidentais, acompanhar os processos administrativos e propor ação judicial em instâncias singulares, tribunais e repartições públicas.

**PODERES:** Nos termos do art. 105 do Código de Processo Civil, os contidos na cláusula "ad judicium et extra", para, em nome do outorgante, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, ou fora deles, defender seus interesses, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defender os interesses do outorgante nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os; podendo, portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, assinar termo, oferecer defesa, direta ou indireta, interpor recursos, ajuizar ações e conduzir os respectivos processos, solicitar, providenciar e ter acesso a documentos de qualquer natureza, sendo o presente instrumento de mandato oneroso e contratual podendo substabelecer este a outrem, com ou sem reserva de poderes, dando tudo por bom e valioso, a fim de praticar todos os demais atos necessários ao fiel desempenho deste mandato.

**PODERES ESPECÍFICOS:** A presente procuração outorga a Advogada acima descrita, os poderes especiais para receber citação, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, firmar compromissos ou acordos, receber valores, dar e receber quitação, levantar ou receber RPV's e ALVARÁS, pedir justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, em conformidade com a norma do art. 105 da Lei 13.105/2015.

Campina Grande, 14 de Janeiro de 2019.



Outorgante

Telefone para contato: (083) 9.9998-5388 / E-mail: [giselyk@hotmail.com](mailto:giselyk@hotmail.com)



Anexado em PDF





VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

RELATÓRIO  
ELETORAL 09.949.485-8

DATA DE  
EXPIRAÇÃO 11/04/2017

NOME  
VERÔNICA SOUSA SANTOS

RELACAO  
ANTONIO LUIS DOS SANTOS

SEVERINA SOUSA SANTOS

NATURALIDADE

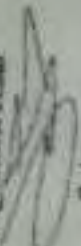
CAMPINA GRANDE/PB

END. COMUM

C. NASC LIV A/53 FLS 30V  
CAMPINA GRANDE  
PB TERM 63411 C 002

CNPJ  
033.395.067-44  
001 2 Via

DATA DE NASCIMENTO  
15/02/1974

  
FIM DA MESAGEM  
ENCERRANDO O PROCESSO

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

0496





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**3ª Vara Cível de Campina Grande**

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0820632-90.2018.8.15.0001

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Trata-se de ação de cobrança do seguro DPVAT, proposta por **MARIA DE LOURDES ALEXANDRE SANTOS**, em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, objetivando, em síntese, o recebimento do seguro pelo falecimento do seu cônjuge vítima de acidente automobilístico, óbito ocorrido em 30/08/2016, pedido administrativo em 06/10/2016.

Requeru a promovente, em sede de tutela de urgência o recebimento da sua cota parte, 50% do que entende devido pelo acidente que vitimou seu cônjuge, requerendo liminarmente o valor de R\$ 6.500,00 reais, atribuindo este como o valor total a ser perseguido com a presente demanda, por ser a sua corta parte.

Em seguida, deferida justiça gratuita e intimada para emendar à inicial para habilitar os herdeiros, uma vez que a certidão de óbito indicava que a vítima do acidente deixava "filhos," ou alternativamente para que juntasse termo de renúncia expressa dos herdeiros do de cujus, a autora requereu habilitação dos herdeiros, juntando documentos.

Em seguida, vieram-me os autos conclusos para prolação de decisão.

Compulsando-se os autos, cumpre, inicialmente, **deferir o pleito de habilitação dos herdeiros, anote-se à Escrivania providências de praxe.** Todavia, antes de apreciar o pleito de tutela de urgência deverá a parte autora emendar à inicial, uma vez que pleiteou inicialmente em nome da parte autora requerendo somente o valor da sua cota parte, 50% do seguro, assim deverá emendar à inicial, requerendo o valor global do seguro, uma vez que os herdeiros agora são integrantes do polo ativo da presente demanda, prazo 15 dias.

Em seguida, decorrido o prazo autos conclusos para análise do pleito de urgência.

**Intimações e demais diligências necessárias.**

Campina Grande, **Data Eletrônica.**

*Juíza de Direito – 3ª Vara Cível*





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**3ª Vara Cível de Campina Grande**

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0820632-90.2018.8.15.0001

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Trata-se de ação de cobrança do seguro DPVAT, proposta por **MARIA DE LOURDES ALEXANDRE SANTOS**, em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, objetivando, em síntese, o recebimento do seguro pelo falecimento do seu cônjuge vítima de acidente automobilístico, óbito ocorrido em 30/08/2016, pedido administrativo em 06/10/2016.

Requeru a promovente, em sede de tutela de urgência o recebimento da sua cota parte, 50% do que entende devido pelo acidente que vitimou seu cônjuge, requerendo liminarmente o valor de R\$ 6.500,00 reais, atribuindo este como o valor total a ser perseguido com a presente demanda, por ser a sua corta parte.

Em seguida, deferida justiça gratuita e intimada para emendar à inicial para habilitar os herdeiros, uma vez que a certidão de óbito indicava que a vítima do acidente deixava "filhos," ou alternativamente para que juntasse termo de renúncia expressa dos herdeiros do de cujus, a autora requereu habilitação dos herdeiros, juntando documentos.

Em seguida, vieram-me os autos conclusos para prolação de decisão.

Compulsando-se os autos, cumpre, inicialmente, **deferir o pleito de habilitação dos herdeiros, anote-se à Escrivania providências de praxe.** Todavia, antes de apreciar o pleito de tutela de urgência deverá a parte autora emendar à inicial, uma vez que pleiteou inicialmente em nome da parte autora requerendo somente o valor da sua cota parte, 50% do seguro, assim deverá emendar à inicial, requerendo o valor global do seguro, uma vez que os herdeiros agora são integrantes do polo ativo da presente demanda, prazo 15 dias.

Em seguida, decorrido o prazo autos conclusos para análise do pleito de urgência.

**Intimações e demais diligências necessárias.**

Campina Grande, **Data Eletrônica.**

*Juíza de Direito – 3ª Vara Cível*



Anexado em PDF





## PRIORIDADE PROCESSUAL- MAIOR DE 65 ANOS (IDOSO)

MARIA DE LOURDES ALEXANDRE SANTOS e os demais herdeiros já qualificados nos autos, devidamente representados por sua advogada que ao final subscreve, com fulcro no artigo 276, caput, do Código de Processo Civil, vêm com o devido respeito à Vossa Excelência EMENDAR A INICIAL, nos termos referentes abaixo delineados.

Onde se lê;

### V- Dos pedidos;

c) A concessão da tutela de urgência compelindo a seguradora a pagar tal indenização referente ao SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT no valor de R\$ 6.500,00 ( Haja vista que esse montante é correspondente a cota parte da parte autora , ou seja 50% de R\$ 13.500,00 , tendo em vista que o de cujus deixou herdeiros) com juros a partir do evento danoso e correção monetária ;

d) Que julgue a presente Ação TOTALMENTE PROCEDENTE, reconhecendo o direito a indenização, e determine que a seguradora pague tal indenização referente ao SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT no valor de R\$ 6.500,00 (Haja vista que esse montante é correspondente a cota parte da parte autora , ou seja 50% de R\$ 13.500,00 , tendo em vista que o de cujus deixou herdeiros) com juros a partir do evento danoso, e CORREÇÃO MONETÁRIA com o índice INPC,

Leia-se:

### V- Dos pedidos;

c) A concessão da tutela de urgência compelindo a seguradora a pagar tal indenização referente ao SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT no valor de R\$ 13.500,00 (Haja vista que esse montante é correspondente a cota parte dos autores, cônjuge e filhos do *de cujus*) com juros a partir do evento danoso e correção monetária;

d) Que julgue a presente Ação TOTALMENTE PROCEDENTE, reconhecendo o direito a indenização, e determine que a seguradora pague tal indenização referente ao SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT no valor no valor de R\$ 13.500,00 (Haja vista que esse montante é



correspondente a cota parte dos autores, cônjuge e filhos do *de cujus*) com juros a partir do evento danoso, e CORREÇÃO MONETÁRIA com o índice INPC;

Termos em que, pede e espera deferimento.

Campina Grande, 11 de Março de 2019.

**GISELY GALVÃO**

**ADVOGADA**

**OAB – PB 25402**



Anexados em PDF



### DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

Eu, ADRIANA SOUSA SANTOS, brasileiro (a), portador  
(a) do RG nº 20389079-3 e do CPF nº 098827957-65 residente e  
domiciliado PARQUE FLORA (a) RUA ALAMEDA ACÁCIA no 576 (a)  
NOVA IGUAÇU CEP 26040-760  
CIDADE: RIO DE JANEIRO  
ESTADO RIO DE JANEIRO RJ

declaro que, em razão de minha condição financeira, não tenho condições de arcar com o pagamento das custas processuais, sob pena de implicar em prejuízo próprio e de minha família, nos termos do art. 5º, LXXIV, da Constituição da República e do art. 98 do Código de Processo Civil/2015.

Requeiro, ainda, que o benefício abranja a todos os atos do processo, na forma do art. 98 do CPC/2015.

Campina Grande, 14 de Janeiro de 2019.

Adriana Sousa Santos  
Declarante



### DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

Eu, EDUARDO SOUSA SANTOS, brasileiro (a), portador  
(a) do RG nº 13.054.913-2 e do CPF nº 091.405.337-00 residente e  
domiciliado PARGUEFLORA (a) RUA ALAMEDA ACÁCIA no 576 (a)  
NOVA IGUAÇU CEP 26040-760  
CIDADE: RIO DE JANEIRO  
ESTADO RIO DE JANEIRO RJ

declaro que, em razão de minha condição financeira, não tenho condições de arcar com o pagamento das custas processuais, sob pena de implicar em prejuízo próprio e de minha família, nos termos do art. 5º, LXXIV, da Constituição da República e do art. 98 do Código de Processo Civil/2015.

Requiro, ainda, que o benefício abranja a todos os atos do processo, na forma do art. 98 do CPC/2015.

Campina Grande, 14 de Janeiro de 2019.

Eduardo Sousa Santos

Declarante



### DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

Eu, Jose Carlos Sousa Santos, brasileiro (a), portador  
(a) do RG nº 09839537-9 e do CPF nº 033.561137-04, residente e  
domiciliado (a) no (a)  
à Alameda Glória, N° 20  
Parque Glória, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro

declaro que, em razão de minha condição financeira, não tenho condições de arcar com o pagamento das custas processuais, sob pena de implicar em prejuízo próprio e de minha família, nos termos do art. 5º, LXXIV, da Constituição da República e do art. 98 do Código de Processo Civil/2015.

Requeiro, ainda, que o benefício abranja a todos os atos do processo, na forma do art. 98 do CPC/2015.

Campina Grande, 14 de Janeiro de 2019.

Jose Carlos Sousa Santos  
Declarante



### DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

Eu, Paulo Antônio Sousa, brasileiro (a), portador  
(a) do RG nº 09.781.882-7 e do CPF nº 032664887-92, residente e  
domiciliado (a) na Rua Rosa de Saron nº 65 (a)  
Guarapuba - Paracambi - R.J.

declaro que, em razão de minha condição financeira, não tenho condições de arcar com o pagamento das custas processuais, sob pena de implicar em prejuízo próprio e de minha família, nos termos do art. 5º, LXXIV, da Constituição da República e do art. 98 do Código de Processo Civil/2015.

Requeiro, ainda, que o benefício abranja a todos os atos do processo, na forma do art. 98 do CPC/2015.

Campina Grande, 14 de Janeiro de 2019.

Paulo Antônio Sousa

Declarante





### DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

Eu, VERÔNICA SOUSA SANTOS, brasileiro (a), portador  
(a) do RG nº 09949485-8 e do CPF nº 0333395067-44, residente e  
domiciliado PARQUE FLORA (a) RUA ALAMEDA ACÁCIA no 624 1/c (a)  
NOVA IGUAÇU CEP 26040 760  
CIDADE RIO DE JANEIRO  
ESTADO RIO DE JANEIRO RJ

declaro que, em razão de minha condição financeira, não tenho condições de arcar com o pagamento das custas processuais, sob pena de implicar em prejuízo próprio e de minha família, nos termos do art. 5º, LXXIV, da Constituição da República e do art. 98 do Código de Processo Civil/2015.

Requeiro, ainda, que o benefício abranja a todos os atos do processo, na forma do art. 98 do CPC/2015.

Campina Grande, 14 de Janeiro de 2019.

Verônica Sousa Santos  
Declarante



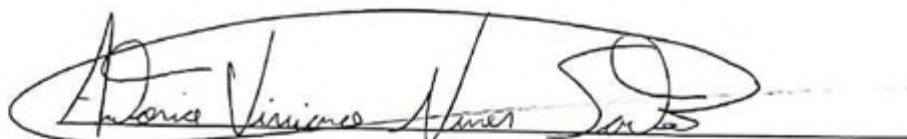
### DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

Eu, Antônio Viviano Nunes Santos, brasileiro (a), portador  
(a) do RG nº 310 65 70 SSP-PB do CPF nº 059 610 734-08, residente e  
domiciliado (a) no (a)  
Rua - José Wílton Gomes de Figueiredo, nº 49, Ap - 502  
Bairro - Malvinas, Edifício Parque de Nápolis.  
Campina Grande, PB.

declaro que, em razão de minha condição financeira, não tenho condições de arcar com o pagamento das custas processuais, sob pena de implicar em prejuízo próprio e de minha família, nos termos do art. 5º, LXXIV, da Constituição da República e do art. 98 do Código de Processo Civil/2015.

Requeiro, ainda, que o benefício abranja a todos os atos do processo, na forma do art. 98 do CPC/2015.

Campina Grande, 14 de Janeiro de 2019.

  
Declarante





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**3ª Vara Cível de Campina Grande**

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0820632-90.2018.8.15.0001

**DECISÃO**

*Vistos etc.*

Trata-se de ação de cobrança do seguro DPVAT, proposta por **MARIA DE LOURDES ALEXANDRE SANTOS e outros**, em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, objetivando, em síntese, o recebimento do seguro pelo falecimento do seu cônjuge vítima de acidente automobilístico, óbito ocorrido em 30/06/2016, pedido administrativo em 06/10/2016.

Requereram os promoventes, em sede de tutela de urgência o recebimento quantia que entendem devida pelo acidente que vitimou seu cônjuge e pai dos demais herdeiros que ingressaram no polo ativo da demanda, requerendo liminarmente o valor de R\$ 13.500,00 reais.

Em seguida, deferida justiça gratuita e intimada para emendar à inicial para habilitar os herdeiros, uma vez que a certidão de óbito indicava que a vítima do acidente deixava “filhos,” ou alternativamente para que juntasse termo de renúncia expressa dos herdeiros do de cujus, a autora requereu habilitação dos herdeiros, juntando documentos.

Em seguida, vieram-me os autos conclusos para prolação de decisão.

**Relatei, decido:**

A concessão de tutela provisória, seja ela de natureza satisfativa, assecuratória ou cautelar, é feita através de cognição sumária, uma análise perfunctória do juízo, portanto, fundada em um juízo de probabilidade, fazendo-se necessária a imposição de alguns requisitos, tais como o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora* na tutela cautelar, e na tutela antecipada, além destes, exige-se a verossimilhança da alegação e o fundado receio de dano ou abuso de direito de defesa.

O doutrinador MARINONI, distingue-as nos seguintes termos:



*“A tutela cautelar tem por fim assegurar a viabilidade da realização de um direito, não podendo realizá-lo. A tutela que satisfaz um direito, ainda que fundada em juízo de aparência, é “satisfativa sumária”. A prestação jurisdicional satisfativa sumária, pois, nada tem a ver com a tutela cautelar. A tutela que satisfaz, por estar além do assegurar, realiza missão que é completamente distinta da cautelar. Na tutela cautelar há sempre referibilidade a um direito acautelado. O direito referido é que é protegido (assegurado) cautelarmente. Se existe referibilidade, ou referência a direito, não há direito acautelado (1999, p. 93)”.*

No novo código não há mais um processo cautelar destinado a prestar apenas a tutela cautelar, unificou-se o procedimento e dentro do mesmo processo as partes podem pedir tanto a tutela de urgência ou de evidência, quanto a tutela final, seja de caráter antecedente ou incidental.

Com todas as inovações trazidas, denota-se que os conceitos balizares foram mantidos, permanecendo a tutela antecipatória como aquela que proporciona a realização de um direito, e a tutela cautelar aquela que assegura que o direito da parte eventualmente e futuramente tenha condições de ocorrer.

Os requisitos para concessão da tutela antecipada ou da tutela cautelar, antecedente ou incidental, são os mesmos (art. 300): i) probabilidade do direito, ii) perigo de dano, para as tutelas antecipadas e iii) risco ao resultado útil do processo, para as tutelas cautelares.

Tem-se assim que há urgência sempre que cotejada as alegações e as provas com os elementos dos autos, concluindo-se perfunctoriamente que há maior grau de confirmação do pedido, e que a demora poderá comprometer o direito provável da parte, imediatamente ou futuramente.

Com relação à tutela de urgência antecipada de natureza satisfativa, para sua concessão, estabeleceu o legislador ser necessária também a análise da reversibilidade jurídica da tutela, nos termos do § 3º do artigo 300.



No caso em concreto, não observo os requisitos necessários a concessão da tutela antecipada pretendida.

O autor requereu a título de antecipação de tutela que o Promovido fosse compelido a proceder liminarmente com o adimplemento do valor que entende devido, sob pena de multa diária, sem o exercício do contraditório ou ampla defesa, o autor requereu medida satisfativa que esgota no todo o pedido de mérito.

Como é cediço, é incabível à concessão de medida antecipatória de medida antecipatória que esgote no todo ou em parte o pleito de mérito, como é o caso da tutela requerida pelas partes autoras.

Ademais, deixou a parte promovente, que já aguarda a análise do pleito há mais de 02 anos, deixou também de justificar a urgência no provimento pretendido, para fins de comprovação do perigo da demora que ensejasse o reconhecimento do pleito em sede antecipatória.

Nesse sentido, tenho como imprescindível dilação probatória, a fim de verificar se as partes promoventes fazem jus a concessão do pleito de indenização do Seguro DPVAT, cuja concessão da tutela, na forma como requerida, seria temerária, antes da formação do contraditório.

Por outro lado, o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, também não restou configurado. O autor não trouxe elementos mínimos a demonstrarem a impossibilidade de aguardar-se o trâmite processual, posto que, do que se verifica dos documentos anexados as cobranças ocorreram em meses isolados no transcurso do prazo de dois anos.

Destarte, na hipótese do pedido inicial ser acolhido, por ocasião da decisão de mérito, fará jus ao recebimento da integralidade da dívida, corrigida e acrescida das eventuais condenações em danos.

Urge ainda aclarar, que a presente medida tem base em cognição sumária, inaugural, de caráter e natureza não exauriente, que analisa os requisitos apresentados. Sendo imperioso, reconhecer que a referida decisão poderá ser revista a qualquer tempo no curso do processo, inclusive na sentença.

Por entender que antes do desfecho do mérito da presente ação, não se afigura prudente a concessão da medida, sendo imprescindível a dilação probatória.

Ante **O EXPOSTO, INDEFIRO A TUTELA PROVISÓRIA ANTECIPADA**, vez que não preenchidos os requisitos do art. 300 do CPC/2015.



***Intimações e demais diligências necessárias.***

1-Assim sendo, com base no ora exposto, e, estando o procedimento em tela sob a égide de novo Diploma Legal de Ritos, designe-se. de AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO (art. 334, CPC).

3- Cite-se o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência, devendo a parte autora ser intimada na pessoa de seu advogado (art. 334, §3º, CPC).

4- Cientes as partes quanto à possibilidade de constituírem representantes com poderes para negociar e transigir, bem como, que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (art. 334, §8º, CPC).

5- Cientifique-se a parte promovida de que lhe é facultado oferecer contestação no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da audiência de conciliação quando não houver comparecimento de alguma das partes ou, comparecendo, não houver autocomposição, ou ainda do seu eventual protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação, ocasião em que poderá apresentar tudo o que interesse a sua defesa, além de preliminares, incompetência relativa, incorreção do valor da causa e indevida concessão de justiça gratuita.

***Intimações e demais diligências necessárias.***

Campina Grande, ***Data Eletrônica.***

***Thana Michelle Carneiro Rodrigues***

***Juíza de Direito – 3ª Vara Cível***







**Poder Judiciário da Paraíba**  
**3ª Vara Cível de Campina Grande**

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0820632-90.2018.8.15.0001

**DECISÃO**

*Vistos etc.*

Trata-se de ação de cobrança do seguro DPVAT, proposta por **MARIA DE LOURDES ALEXANDRE SANTOS e outros**, em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, objetivando, em síntese, o recebimento do seguro pelo falecimento do seu cônjuge vítima de acidente automobilístico, óbito ocorrido em 30/06/2016, pedido administrativo em 06/10/2016.

Requereram os promoventes, em sede de tutela de urgência o recebimento quantia que entendem devida pelo acidente que vitimou seu cônjuge e pai dos demais herdeiros que ingressaram no polo ativo da demanda, requerendo liminarmente o valor de R\$ 13.500,00 reais.

Em seguida, deferida justiça gratuita e intimada para emendar à inicial para habilitar os herdeiros, uma vez que a certidão de óbito indicava que a vítima do acidente deixava “filhos,” ou alternativamente para que juntasse termo de renúncia expressa dos herdeiros do de cujus, a autora requereu habilitação dos herdeiros, juntando documentos.

Em seguida, vieram-me os autos conclusos para prolação de decisão.

**Relatei, decido:**

A concessão de tutela provisória, seja ela de natureza satisfativa, assecuratória ou cautelar, é feita através de cognição sumária, uma análise perfunctória do juízo, portanto, fundada em um juízo de probabilidade, fazendo-se necessária a imposição de alguns requisitos, tais como o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora* na tutela cautelar, e na tutela antecipada, além destes, exige-se a verossimilhança da alegação e o fundado receio de dano ou abuso de direito de defesa.

O doutrinador MARINONI, distingue-as nos seguintes termos:



*“A tutela cautelar tem por fim assegurar a viabilidade da realização de um direito, não podendo realizá-lo. A tutela que satisfaz um direito, ainda que fundada em juízo de aparência, é “satisfativa sumária”. A prestação jurisdicional satisfativa sumária, pois, nada tem a ver com a tutela cautelar. A tutela que satisfaz, por estar além do assegurar, realiza missão que é completamente distinta da cautelar. Na tutela cautelar há sempre referibilidade a um direito acautelado. O direito referido é que é protegido (assegurado) cautelarmente. Se existe referibilidade, ou referência a direito, não há direito acautelado (1999, p. 93)”.*

No novo código não há mais um processo cautelar destinado a prestar apenas a tutela cautelar, unificou-se o procedimento e dentro do mesmo processo as partes podem pedir tanto a tutela de urgência ou de evidência, quanto a tutela final, seja de caráter antecedente ou incidental.

Com todas as inovações trazidas, denota-se que os conceitos balizares foram mantidos, permanecendo a tutela antecipatória como aquela que proporciona a realização de um direito, e a tutela cautelar aquela que assegura que o direito da parte eventualmente e futuramente tenha condições de ocorrer.

Os requisitos para concessão da tutela antecipada ou da tutela cautelar, antecedente ou incidental, são os mesmos (art. 300): i) probabilidade do direito, ii) perigo de dano, para as tutelas antecipadas e iii) risco ao resultado útil do processo, para as tutelas cautelares.

Tem-se assim que há urgência sempre que cotejada as alegações e as provas com os elementos dos autos, concluindo-se perfunctoriamente que há maior grau de confirmação do pedido, e que a demora poderá comprometer o direito provável da parte, imediatamente ou futuramente.

Com relação à tutela de urgência antecipada de natureza satisfativa, para sua concessão, estabeleceu o legislador ser necessária também a análise da reversibilidade jurídica da tutela, nos termos do § 3º do artigo 300.



No caso em concreto, não observo os requisitos necessários a concessão da tutela antecipada pretendida.

O autor requereu a título de antecipação de tutela que o Promovido fosse compelido a proceder liminarmente com o adimplemento do valor que entende devido, sob pena de multa diária, sem o exercício do contraditório ou ampla defesa, o autor requereu medida satisfativa que esgota no todo o pedido de mérito.

Como é cediço, é incabível à concessão de medida antecipatória de medida antecipatória que esgote no todo ou em parte o pleito de mérito, como é o caso da tutela requerida pelas partes autoras.

Ademais, deixou a parte promovente, que já aguarda a análise do pleito há mais de 02 anos, deixou também de justificar a urgência no provimento pretendido, para fins de comprovação do perigo da demora que ensejasse o reconhecimento do pleito em sede antecipatória.

Nesse sentido, tenho como imprescindível dilação probatória, a fim de verificar se as partes promoventes fazem jus a concessão do pleito de indenização do Seguro DPVAT, cuja concessão da tutela, na forma como requerida, seria temerária, antes da formação do contraditório.

Por outro lado, o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, também não restou configurado. O autor não trouxe elementos mínimos a demonstrarem a impossibilidade de aguardar-se o trâmite processual, posto que, do que se verifica dos documentos anexados as cobranças ocorreram em meses isolados no transcurso do prazo de dois anos.

Destarte, na hipótese do pedido inicial ser acolhido, por ocasião da decisão de mérito, fará jus ao recebimento da integralidade da dívida, corrigida e acrescida das eventuais condenações em danos.

Urge ainda aclarar, que a presente medida tem base em cognição sumária, inaugural, de caráter e natureza não exauriente, que analisa os requisitos apresentados. Sendo imperioso, reconhecer que a referida decisão poderá ser revista a qualquer tempo no curso do processo, inclusive na sentença.

Por entender que antes do desfecho do mérito da presente ação, não se afigura prudente a concessão da medida, sendo imprescindível a dilação probatória.

Ante **O EXPOSTO, INDEFIRO A TUTELA PROVISÓRIA ANTECIPADA**, vez que não preenchidos os requisitos do art. 300 do CPC/2015.



***Intimações e demais diligências necessárias.***

1-Assim sendo, com base no ora exposto, e, estando o procedimento em tela sob a égide de novo Diploma Legal de Ritos, designe-se. de AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO (art. 334, CPC).

3- Cite-se o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência, devendo a parte autora ser intimada na pessoa de seu advogado (art. 334, §3º, CPC).

4- Cientes as partes quanto à possibilidade de constituírem representantes com poderes para negociar e transigir, bem como, que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (art. 334, §8º, CPC).

5- Cientifique-se a parte promovida de que lhe é facultado oferecer contestação no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da audiência de conciliação quando não houver comparecimento de alguma das partes ou, comparecendo, não houver autocomposição, ou ainda do seu eventual protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação, ocasião em que poderá apresentar tudo o que interesse a sua defesa, além de preliminares, incompetência relativa, incorreção do valor da causa e indevida concessão de justiça gratuita.

***Intimações e demais diligências necessárias.***

Campina Grande, ***Data Eletrônica.***

***Thana Michelle Carneiro Rodrigues***

***Juíza de Direito – 3ª Vara Cível***





Poder Judiciário da Paraíba  
3ª Vara Cível de Campina Grande

---

Número do Processo: 0820632-90.2018.8.15.0001  
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
Assunto: [ESPÉCIES DE CONTRATOS, ACIDENTE DE TRÂNSITO, SEGURO]  
Polo ativo: AUTOR: MARIA DE LOURDES ALEXANDRE SANTOS, ADRIANA SOUSA SANTOS, EDVALDO SOUSA SANTOS, VERÔNICA SOUSA SANTOS, ANTONIO VIVIANO NUNES SANTOS, LUIS ANTONIO SOUSA, JOSE CARLOS SOUSA SANTOS  
Polo passivo: RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

### CERTIDÃO

Certifico e dou fé que foi agendada AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO para o dia **20 DE SETEMBRO DE 2019, ÀS 11h, NA SALA DE AUDIÊNCIAS 02/VERDE, do CEJUSC**, a qual deverão comparecer às partes devidamente acompanhada de seus advogados, ficando desde já cientes quanto à possibilidade de constituírem representantes com poderes para negociar e transigir, bem como, que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (art. 334, §8º, CPC).

Na forma do art. 7º da Resolução 11/2017, publicada em 20/10/2017, ficam as partes cientes da vedação contida no art. 4º da mencionada Resolução.

*"Art. 4º. É vedado o ingresso de pessoas portando instrumentos ofensivos nos espaços administrados pelo Poder Judiciário Estadual."*

Campina Grande - PB, 08 de agosto de 2019.

Alberto Cezar Farias Dôso

Técnico Judiciário





Poder Judiciário da Paraíba  
3ª Vara Cível de Campina Grande

---

Número do Processo: 0820632-90.2018.8.15.0001  
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
Assunto: [ESPÉCIES DE CONTRATOS, ACIDENTE DE TRÂNSITO, SEGURO]  
Polo ativo: AUTOR: MARIA DE LOURDES ALEXANDRE SANTOS, ADRIANA SOUSA SANTOS, EDVALDO SOUSA SANTOS, VERÔNICA SOUSA SANTOS, ANTONIO VIVIANO NUNES SANTOS, LUIS ANTONIO SOUSA, JOSE CARLOS SOUSA SANTOS  
Polo passivo: RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

### CERTIDÃO

Certifico e dou fé que foi agendada AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO para o dia **20 DE SETEMBRO DE 2019, ÀS 11h, NA SALA DE AUDIÊNCIAS 02/VERDE, do CEJUSC**, a qual deverão comparecer às partes devidamente acompanhada de seus advogados, ficando desde já cientes quanto à possibilidade de constituírem representantes com poderes para negociar e transigir, bem como, que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (art. 334, §8º, CPC).

Na forma do art. 7º da Resolução 11/2017, publicada em 20/10/2017, ficam as partes cientes da vedação contida no art. 4º da mencionada Resolução.

*"Art. 4º. É vedado o ingresso de pessoas portando instrumentos ofensivos nos espaços administrados pelo Poder Judiciário Estadual."*

Campina Grande - PB, 08 de agosto de 2019.

Alberto Cezar Farias Dôso

Técnico Judiciário







**Poder Judiciário da Paraíba**

**3º Vara Cível**

**Comarca de Campina Grande - PB.**

---

**Processo nº 0820632-90.2018.8.15.0001**

**DESTINATÁRIO(A):**

**Nome:           SEGUADORA           LÍDER           DOS           CONSÓRCIOS           S/A**  
**Endereço: Rua Senador Dantas, 74, 5 Andar, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205**

**REMETENTE:**

UNIDADE JUDICIÁRIA: 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE - PB

RUA VICE PREFEITO ANTÔNIO DE CARVALHO SOUSA, S/N

BAIRRO DA LIBERDADE

CIDADE: CAMPINA GRANDE - PB

CEP: 58410-050

FONE: (083) 3310-2440

---

**CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO**

**Número do Processo: 0820632-90.2018.8.15.0001**

**[ESPÉCIES DE CONTRATOS, ACIDENTE DE TRÂNSITO, SEGURO]**

**AUTOR: MARIA DE LOURDES ALEXANDRE SANTOS, ADRIANA SOUSA SANTOS, EDVALDO SOUSA SANTOS, VERÔNICA SOUSA SANTOS, ANTONIO VIVIANO NUNES SANTOS, LUIS ANTONIO SOUSA, JOSÉ CARLOS SOUSA SANTOS**

**RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS S/A**

Pela presente, fica a parte promovida **CITADA** para que tome conhecimento de todo conteúdo da ação supra, bem como o **INTIMO** para comparecer **AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO** para o dia **20 DE SETEMBRO DE 2019, ÀS 11h, NA SALA DE AUDIÊNCIAS 02/VERDE, do CEJUSC.** Cientes as partes quanto à possibilidade de constituírem representantes com poderes para negociar e transigir, bem como, que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (art. 334, §8º, CPC). Ficando a parte promovida cientificada de que lhe é facultado oferecer contestação no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da audiência de conciliação quando não houver comparecimento de alguma das partes ou, comparecendo, não houver autocomposição, ou ainda do seu eventual protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação, ocasião em que poderá apresentar tudo o que interesse a sua defesa, além de preliminares, incompetência relativa, incorreção do valor da causa e indevida concessão de justiça gratuita.

*“Na forma do art. 7º da Resolução 11/2017, publicada em 20/10/2017, ficam as partes cientes da vedação contida no art. 4º da mencionada Resolução. “Art. 4º. É vedado o ingresso de pessoas portando instrumentos ofensivos nos espaços administrados pelo Poder Judiciário Estadual.”*

Campina Grande - PB, 13 de agosto de 2019

**ANALISTA/TÉCNICO JUDICIÁRIO**

**[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]**

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>  
NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:



Anexados em PDF

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE –PB.**

**PRIORIDADE PROCESSUAL-MAIOR DE 65 ANOS (IDOSO)**

Maria de Lourdes Alexandre Santos, Adriana Souza Santos, Edivaldo Sousa santos, José Carlos Sousa Santos, , Luiz Antônio de Sousa, , Verônica Sousa santos, Antônio Viviano Nunes Santos, todos já qualificados no feito, vem a presença de Vossa Excelência oferecer **UMA PROPOSTA DE CONCILIAÇÃO:**

Tendo em vista que o objeto da presente demanda é tão somente o pagamento do seguro e que a audiência de conciliação já foi marcada para **20 DE SETEMBRO DE 2019, ÀS 11h, NA SALA DE AUDIÊNCIAS 02/VERDE, do CEJUSC**, os autores vem oferecer a seguinte proposta de conciliação, para então solicitar a extinção do processo sem resolução de mérito como também dispensar a correção dos valores ;

- **Que a seguradora líder receba a documentação anexada junto a esse expediente , haja vista que está de acordo com aquilo que dispõe o site oficial dela, e que o pagamento de cada cota parte dos herdeiros e da cônjuge , seja feita impreterivelmente em 30 dias em cada conta especificada nos formulários de pedido de pagamento da indenização.**

Essa proposta visa resolver a celeuma e sanar a burocracia exaustiva da seguradora , que requer que o cumprimento de exigências deve ser feito tão somente pela via dos correios ( quando iniciado o processo por lá ) e além disso deve ser feita pessoalmente pelos herdeiros , desrespeitando inclusive as prerrogativas dos advogados , que não podem mesmo munidos de procurações despachar nos correios , fato esse que beira ao absurdo.

A comunicação com os canais de atendimento da seguradora líder é de pouca efetividade , haja vista que está patrona que subscreve já abriu inúmeros protocolos, fez reclamações na ouvidoria e nunca cessam as exigências .

Sendo assim, ou a seguradora recebe a documentação aqui acostada , ou indica uma seguradora que possa receber a documentação via e-mail , haja vista que essa possibilidade pode ser ofertada aos beneficiários, porque pelos correios para esse caso está inviável , pois , a documentação é enviada e sempre chega cumprimentos de exigências que inclusive se repetem depois de um tempo.

Nestes termos , pede e espera deferimento.

Campina Grande , 14 de agosto de 2019.

**GISELY GALVÃO  
ADVOGADA  
OAB – PB 25402**

**Segue dados para contatos : (083) 99998 -5388**

**e-mail: giselyk@hotmail.com**





Governo do Estado do Rio Grande do Norte  
Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social  
Polícia Civil  
Delegacia Eletrônica



BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Unidade Policial: DELEGACIA MUNICIPAL DE CAICÓ  
Endereço: Av. Cel Martiniano, 20, Jardim Satellite, CAICÓ

1. IDENTIFICAÇÃO DO BOLETIM

1.1 Protocolo: J2016129001768

1.2 Data de Expedição: 31/08/2016 10:23:36

1.3 Tipo: COMUNICAÇÃO

2. DADOS DO LOCAL DO FATO

2.1 Data/Hora do Fato: 30/08/2016 13:00:00

2.3 Fato: Consumado

2.4 Meio(s) empregado(s): Outros

2.6 Tipo do local: Rural

2.8 Número: SN

2.10 Complemento:

2.12 Bairro: ZONA RURAL - SÍTIOS E FAZENDAS

2.14 Estado: RIO GRANDE DO NORTE

2.2 Autoria: Conhecida

2.4 Flagrante: Não

2.7 Logradouro: RN 118

2.9 CEP: 59.330-000

2.11 Ponto de Referência: PRÓXIMO DO SÍTIO AROEIRA

2.13 Cidade: JUCURUTU

3. DADOS PESSOAIS DO COMUNICANTE (PESSOA FÍSICA)

3.1 Nome Completo: ANTONIO VIVIANO NUNES SANTOS

3.3 Etnia: Parda

3.5 Mãe: MARIA DO SOCORRO NUNES DOS SANTOS

3.7 Sexo: MASCULINO

3.9 CPF: 05961073408

3.11 Nacionalidade:

3.13 Profissão: SUPERVISOR COMERCIAL

3.15 Telefone(s): 83 988088609

3.17 Número: 05

3.19 Bairro: MALVINAS

3.21 Estado: PARAIBA

3.2 Estado civil: Solteiro(a)

3.4 Pai: ANTONIO LUIS DOS SANTOS

3.6 Data de Nascimento: 20/02/1967

3.8 RG: 3106570 - SSP/PB

3.10 Passaporte:

3.12 Naturalidade: CAMPINA GRANDE/PB

3.14 E-Mail:

3.16 Logradouro: RUA TEODOMIRO FREIRE DIAS

3.18 CEP: 58432761

3.20 Cidade: CAMPINA GRANDE

4. DADOS PESSOAIS DA(S) VÍTIMA(S)

4.1.1 Nome Completo: ANTONIO LUIS DOS SANTOS

4.1.3 Etnia: Parda

4.1.5 Mãe:

4.1.7 Sexo: MASCULINO

4.1.9 CPF: 46802797453

4.1.11 Nacionalidade:

4.1.13 Logradouro: CAMPINA GRANDE/PB

4.1.15 Número:

4.1.17 Bairro:

4.1.19 Estado:

4.1.2 Estado civil: Casado(a)

4.1.4 Pai:

4.1.6 Data de Nascimento:

4.1.8 RG: 385726

4.1.10 Profissão:

4.1.12 Passaporte:

4.1.14 E-Mail:

4.1.16 CEP:

4.1.18 Cidade:

5. DADOS PESSOAIS DO(S) ACUSADO(S) (NÃO FORAM INCLuíDOS ACUSADOS)

6. DADOS PESSOAIS DA(S) TESTEMUNHA(S) (NÃO FORAM INCLuíDAS TESTEMUNHAS)

7. VEÍCULO(S) ENVOLVIDO(S)

7.1.1 Segurado: Não

7.1.3 Chassi: \*\*\*\*\*38681

7.1.5 Placa: AMB0538

7.1.7 Marca: FORD

7.1.9 Ano do Modelo: 2004

7.1.11 Cor do veículo: BRANCA

7.1.13 Nota Fiscal:

7.1.15 Nome do proprietário: ANTONIO VIVIANO NUNES SANTOS

7.1.17 Nome do condutor:

7.1.18 Observações:

7.1.2 Seguradora:

7.1.4 Renavam:

7.1.6 Estado:

7.1.8 Modelo: CARGO 4331

7.1.10 Ano de Fabricação: 2004

7.1.12 Tipo do veículo: CAMINHÃO TRATOR

7.1.14 Número do Motor:

7.1.16 Vínculo com a

Ocorrência:

8. DADOS DA OCORRÊNCIA

9. DOS FATOS

9.1 Histórico

O DECLARANTE AFIRMA QUE HOUE UM ACIDENTE COM O SEU PAI, APROXIMADAMENTE ÀS 13:00, NA RN 118, QUE TROUXE COMO CONSEQUÊNCIA, O ÓBITO DE SEU PAI, FOI SOCORRIDO PELO AMBULÂNCIA DE JUCURUTU-RN, PORÉM NÃO RESISTIU AOS FERIMENTOS, FALECEU NO HOSPITAL REGIONAL DE CAICÓ-RN, POR VOLTA 15:00, QUE LOGO AVISARAM AO DECLARANTE, QUE A VÍTIMA (SEU PAI) TINHA FALECIDO, O QUAL COMPARECEU AO HOSPITAL PARA OS PROCEDIMENTOS DE LIBERAÇÃO DO CORPO PARA SEPULTAMENTO. NADA MAIS DISSE.

9.2 Informações do CIOSP

10. COMPLEMENTOS (ESSE BOLETIM NÃO FOI COMPLEMENTADO)

11. DECLARAÇÃO

O(s) declarante(s), sob as penas da Lei, confirmam que as informações aqui registradas são verdadeiras.

Data 31/08/2016 10:23:36

Policial

Interessado

Polegar direito

Atendimento: 1711180 - DULZIMAR SILVA JÚNIOR

Impresso por: 1711180 - DULZIMAR SILVA JÚNIOR em 31/08/2016 10:23:44

Processo: J2016129001768 - Cópia de: 1711180 - DULZIMAR SILVA JÚNIOR

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO CIVIL 385.726 - 2 VÍDEO DATA DE EMISSÃO 13/02/2012

NOME ANTONIO LUIS DOS SANTOS

RELACIONAMENTO RITA CRISPIM DE ALMEIDA

NATURALIDADE CAMPINA GRANDE - PB DATA DE NASCIMENTO 19/01/1945

DOC ORIGEM CPM N. 11042, FLS. 223 LIV. B-22 CARTÓRIO 2 - CAMPINA GRANDE - PB

CPF 468.027.974-53

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 20/06/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL

INSTITUTO DE POLÍCIA IDENTIFICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

MAIOR DE 65 ANOS

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE



### AUTENTICAÇÃO

Autentico esta fotocópia  
Reprodução fiel do original

Jucurutu, 02/09/2016

Substituto (s) - Substituto (s)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

NOME DO ELEITOR ANTONIO LUIS DOS SANTOS

DATA DE NASCIMENTO 19/01/1945 Nº REGISTRO 0040 4686 1228 ZONA 008 SEÇÃO 0129

MUNICÍPIO / UF RIACHÃO DO BACAMARTE/PB DATA DE EMISSÃO 08/05/2014

JUIZ ELEITORAL



### AUTENTICAÇÃO

Autentico esta fotocópia  
Reprodução fiel do original

Jucurutu, 02/09/2016

Substituto (s) - Substituto (s)

INSS - APS CATOLÉ

CONFERE COM O ORIGINAL

Data: 17/07/17

Carla das Graças de Andrade M. Silveira

CPF: 08994851-3



REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

## CERTIDÃO DE ÓBITO

NOME:  
**ANTONIO LUIS DOS SANTOS**

MATRÍCULA:  
**0938560155 2016 4 00008 034 0004151 16**

2º CARTÓRIO DE JUCURUTU

João Batista Sobrinho

Titular

CPF 392.498.696-49



SEXO

masculino

COR

Branca

ESTADO CIVIL E IDADE

casado, com 71 anos de idade

NATURALIDADE

Campina Grande - PB

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

385.726 - PB

ELEITOR

era eleitor

FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA

RITA CRISPIM DE ALMEIDA Rua Joaquim Ferreira Passos, nº 870, Cruzeiro Campina Grande - PB

DATA E HORA DE FALECIMENTO

trinta de agosto de dois mil e dezesseis às 13:30 horas

DIA MÊS ANO

30/08/2016

LOCAL DE FALECIMENTO

RN-118, Sítio Palha em Jucurutu - RN

CAUSA DA MORTE

traumatismo cranio-encefálico, ação contundente, acidente de trânsito

SEPULTAMENTO/CREMAÇÃO (MUNICÍPIO E CEMITÉRIO SE  
CONHECIDO

Cemitério Público do Bairro Cruzeiro, Campina Grande - PB

DECLARANTE

Antonio Viviano Nunes Santos

NOME E NÚMERO DO DOCUMENTO DO MÉDICO QUE ATESTOU O ÓBITO

José Saint Clair de Souza Torres CRM:1498

OBSERVAÇÕES AVERBAÇÕES

Ato registrado no livro C-8, às fls. 34, sob nº 4151.  
Deixou filho(s).

2º Tabelionato de Notas e Ofício do Registro Civil

Oficial: João Batista Sobrinho

RUA OTAVIO LAMARTINE, Nº 99 CENTRO

Jucurutu-RN

(84)9924-4443 / 99362249 / 34292476

email-segundocartoriodejucurutu@hotmail.com

### AUTENTICAÇÃO

Autentico esta fotocópia  
Reprodução fiel do original

Jucurutu, 25/05/2017

Tabelião: João Batista Sobrinho



O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.  
Jucurutu-RN, 25 de maio de 2017

Assinatura do Oficial

2º CARTÓRIO DE JUCURUTU-RN  
João Batista Sobrinho

703008819352777

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE PÚBLICA - SESAP  
UNIDADE HOSPITALAR REGIONAL DO SERIDÓ - UHRS  
Estrada do Perímetro Irrigado Sabugi, S/N - Paulo VI - Caicó/RN  
CEP.: 59.300-000 - Telefone: (84) 3421-9628  
CNPJ: (MF): 08.241.754/0135-57

BOLETIM DE ATENDIMENTO DE URGÊNCIA

SERVIDOR RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO		DATA	HORA DA ENTRADA	Nº ATENDIMENTO
		30.8.16	13:05	90
CAMPO 1 - IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE				
Os campos devem ser preenchidos por extenso, sem abreviaturas e de forma legível				
NOME	Antonio Luiz dos Santos		DATA DE NASCIMENTO	IDADE
CNP	RG		19.01.45	SEXO
NATURALIDADE	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	DATA DE EXPEDIÇÃO	
NOME DA MÃE	Rita Crispina de Almeida		NOME DO PAI	
ENDEREÇO	R. Araújo Ferraz, 700		BAIRRO	
CIDADE/ESTADO	Campina Grande		TELEFONE DE CONTATO	RAÇA/COR
CAMPO 2 - SINAIS VITAIS				
Este campo deve ser preenchido por qualquer profissional de saúde				
PA	mmHg	FC	bpm	FR
6/3				
			TEMP. AXILAR	°C
			SpO2	%
			Glicemia	mg/dl
CAMPO 3 - ANAMNESE/EXAME FÍSICO				
Este campo deve ser preenchido pelo médico plantonista				
Acidente de trânsito, TCE + trauma				
trauma torácico de grande porte, fratura de costela, hêmico				
DIAGNÓSTICO PROVISÓRIO				
fratura de costela				
SCORE DE GLASGOW				
11/10/15/10				

Confere com o Original  
Caicó - RN, 05/01/2017  
Márcio Nunes dos Medeiros



Este campo deve ser preenchido pelo médico plantonista

Hipertensão  
Glicemia

SS CX de abdome A.P.  
Nál toxic A.P.

CAMPO 4 - PRESCRIÇÃO MÉDICA

Este campo deve ser preenchido pelo médico plantonista

Estos medicamentos c/ Paracetamol e diclofenaco x 1000/

Dr. José Fernandes  
CRM 1506-RN - CPF 039.290.004-15  
Médico do Trabalho

MÉDICO PLANTONISTA/CRM

RESP. ADMINISTRAÇÃO DA MEDICAÇÃO/COREN

CAMPO 6 - CONCLUSÃO DO ATENDIMENTO/DESTINO DO PACIENTE

Este campo deve ser preenchido por qualquer profissional da equipe de enfermagem

MOTIVO DA SAÍDA

- ☐ ALTA MÉDICA  
☐ EVASÃO  
☐ RECUSA DO TRATAMENTO  
☐ ÓBITO

REMOÇÃO/TRANSFERÊNCIA

UNIDADE DE DESTINO: \_\_\_\_\_

DATA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

HORA DA SAÍDA: \_\_\_\_

Confere com o Original  
Calco - RN 25/10/2014  
Márcia B. Silva



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

**CERTIDÃO DE CASAMENTO**

Maria Lúcia Marcelino de Almeida  
Oficial do Registro Civil  
Campina Grande-Paraíba

NOME:  
**ANTONIO LUIS DOS SANTOS**  
**MARIA DE LOURDES ALEXANDRE SANTOS**

MATRÍCULA:  
**0690540155 1985 2 00022 223 0011042 16**

NOMES COMPLETOS DE SOLTEIRO, DATAS E LOCAIS DE NASCIMENTO, NACIONALIDADE E FILIAÇÕES DOS CONTRAENTES

ANTONIO LUIS DOS SANTOS, nascido em dezanove de janeiro de um mil novecentos e quarenta e cinco (19/01/1945), natural de Campina Grande-PB, brasileiro. Filho de RITA CRISPIM DE ALMEIDA.  
MARIA DE LOURDES ALEXANDRE DE LIMA, nascida em vinte e sete de fevereiro de um mil novecentos e cinquenta e um (27/02/1951), natural de Remígio-PB, brasileira. Filha de JOÃO ALEXANDRE DA CRUZ e MARIA ALEXANDRE FEITOSA.

DATA DO REGISTRO DE CASAMENTO (POR EXTENSO)

dezanove de novembro de um mil novecentos e oitenta e cinco

DIA

19

MÊS

11

ANO

1985

REGIME DE BENS DO CASAMENTO

Comunhão Parcial de Bens

NOME QUE CADA UM DOS CONJUGES PASSOU A UTILIZAR (QUANDO HOUVER ALTERAÇÃO)

ELE: O mesmo nome de solteiro

ELA: MARIA DE LOURDES ALEXANDRE SANTOS

OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES

2ª VIA. Registro lavrado em 19/11/1985, no Livro B-00022, Nº 11042, folha 223-V.

NOME DO OFÍCIO

2º Cartório do Registro Civil

OFICIAL REGISTRADOR

Maria Lúcia Marcelino de Almeida

MUNICÍPIO/UF

Campina Grande-PB

ENDEREÇO

Praga Clementino Procopio Nº119 Centro Campina Grande-PB -  
CEP 58400292 Fone: (83)3321-5200 E-mail:  
Marcelinodelmeida@gmail.com

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.

Campina Grande-PB, 01 de setembro de 2016

Simone Mendonça de Lima  
Escrivente Compromissada

Selo Digital: **ADN65921-JPAB**

Consulte a autenticidade em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>

Simone Mendonça de Lima  
Escrivente Autorizada  
2º Cartório do Registro Civil  
Campina Grande-PB.



MARIA DE LOURDES ALEXANDRE SANTOS  
RUA JOAQUIM FERREIRA PASSOS, 8707  
CAMPINA GRANDE / PB CEP: 59417400 (AG 401)

57A CRUZ



Local: MONOFÁSICO  
Cl/Sbc: RES MTC B1 / RESIDENCIAL - RESIDENCIAL  
Ratêio: 14.401 - 734 - 9200 Referência: Jul / 2019  
Medidor: 00308108289 Emissão: 23/07/2019

ENERGISA DORCIREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
Av. Des. Raimundo Azeite, 4786 - BR230 - KM 156 - Três Irmãs  
Campina Grande / PB - CEP 59420-700  
CNPJ: 06.829.556/0001-05 Ins. Est. 16.036.899-1  
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº004.247.896  
Cod. para Deb. Automático: 60900731000

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 023 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF/ CNPJ/ RANI
Jul / 2019	23/07/2019	22/08/2019	188.516.794-04

UC (Unidade Consumidora): 773100-0

Canal de contato

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura	
21/06/19	2517	23/07/19	2805	32

Demonstrativo

Descrição	Tributo Total (R\$)	ICMS (R\$)	ICMS	Período (R\$)	Período (R\$)	Período (R\$)	Período (R\$)
0601 Consumo em kWh	88,000	0,788180	84,78	84,78	0,78	0,78	0,78
0601 Adc. B. Amarelo	1,39	1,39	0,00	1,39	0,01	0,01	0,01
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS							
0607 CONTRIBUIÇÃO PÚBLICA	8,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0604 JUROS DE MORA 06/2019	0,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0605 MULTA 06/2019	1,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CCI: Código de Classificação do Item	TOTAL	75,88	86,17	16,54	86,17	0,71	0,71
Tarifa de Tributos	0,597390						

Média últimos meses (kWh)	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
102	30/07/2019	R\$ 75,88

Histórico de Consumo (kWh)

92	93	100	103	103	97	118	100	106	109	102	89
Jul/18	Agô/18	Set/18	Out/18	Nov/18	Dez/18	Jan/19	Fev/19	Mar/19	Abr/19	Mai/19	Jun/19

RESERVADO AO FISCO

721d.d2e2.0248.0dd1.0671.9bf5.c0c8.3fd4.

Indicadores de Qualidade				Composição do Consumo		
Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)		Discriminação	Valor (R\$)	%
DIO MENSAL	0,00	NOMINAL	220	Serviços de Dist. de Energisa/BO	14,26	18,79
DIO TRIMESTRAL	11,10			Consumo de Energia	33,13	43,67
DIO ANUAL	22,21			Serviços de Transmissão	3,02	3,96
PIO MENSAL	3,30	CONTRATADA	220	Encargos Sazonais	9,27	12,22
PIO TRIMESTRAL	6,60	LIMITE INFERIOR	220	Impostos Diretos e Encargos	30,26	39,88
PIO ANUAL	13,20	LIMITE SUPERIOR	220	Outros Serviços	0,00	0,00
DMC	9,90			Total	75,88	100,00
DIOI	13,22					

Valor de BUBD (R\$) = (2019) R\$ 25,46

ATENÇÃO

Exatidão em atraso



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 245.553 - 2ª VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 14/09/2016

NOME MARIA DE LOURDES ALEXANDRE SANTOS

FILIAÇÃO JOÃO ALEXANDRE DA CRUZ MARIA ALEXANDRE FEITOSA

NATURALIDADE REMIGIO-PB DATA DE NASCIMENTO 27/02/1951

DOC ORIGEM CERT. CAS. Nº11042 - LIV.22 - FLS.223 - CARTORIO 2º CAMPINA GRANDE-PB

CPF 188.616.794-04

Idoso Pessoa - PB

0+

DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL

INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

L-234

*Maria de Lourdes A. Santos*

ACRÓQUIA IDENTIFICADORA

CARTEIRA DE IDENTIDADE



2º Cartório de Notas de Campina Grande - PB  
Tabelião: Maria de Fátima Leites Cavalcanti  
Praça da Bandeira, 105, Centro - C. Grande - PB  
(51) 3321-8898 - 3306-8889

#### AUTENTICAÇÃO

Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do original que me foi exibido. Dou fé. (Art.365-III do CPC).  
Campina Grande/PB - 29/08/2017  
Selo Digital: AFR34670-7DVZ  
Consulte a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>  
Emol R\$2,22 ISS R\$0,11 Farpem R\$0,27 MP R\$0,04 Fupj R\$0,55

Cartorio@notariospb.com



Célia Maria Barroso.  
2ª Tab. Substituta



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Estado d a Paraíba

Município (ou Comarca) d Puxinanã

Cartório d Puxinanã

REGISTRO CIVIL

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL

M<sup>te</sup> Célia Barba de Oliveira  
Oficial do Registro Civil

Maria Célia Borbe de Oliveira  
ESCRIV<sup>a</sup>  
PUXINANÃ - PB

NASCIMENTO N.º 5.796

Certifico que às fls. 88 do livro n.º A-6 do Registro de Nascimento foi  
feito hoje o nascimento de ANTONIO VIVIANO NUNES SANTOS

Nascido ao 20 de fevereiro de 1987 às 16 horas e 30 minutos,  
hospital Pedro I em C. Grande PB.

do sexo masculino filh. e

de ANTONIO LUIZ DOS SANTOS

e de MARIA DO SOCORRO NUNES DOS SANTOS

sendo avós paternos Rita Crispim de Almeida

e maternos Manoel Nunes de Melo

e Olindina Nunes de Melo

Foi declarante e pai

e serviram de testemunhas constano no termo.

OBSERVAÇÕES: Registrado na lei 6015 artigo 30.

Foi registrado em data de 28/abril/1987.

: : : : :

O referido é verdade e dou fé.

Puxinanã-Pb, 23 de agosto de 2005

Maria Célia Borbe de Oliveira  
O Oficial

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
 MINISTÉRIO DAS CIDADES  
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
 CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME  
 ANTONIO VIVIANO NUNES SANTOS

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISOR UF  
 3106570 SSP PB

CPF  
 059.610.734-08

DATA NASCIMENTO  
 20/02/1987

FRAÇÃO  
 ANTONIO LUIS DOS SANTOS  
 MARIA DO SOCORRO NUNES DOS SANTOS

PERMISSÃO  
 ACC  
 CAJUMA  
 AB

Nº REGISTRO  
 03668682736

VALIDADE  
 28/09/2016

1ª EMISSÃO  
 26/08/2005

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL  
 CAMPINA GRANDE, PB

DATA EMISSÃO  
 16/06/2016

52482340836  
 PB022898832

DETRAN - PB (PARAIBA)

VÁLIDA EM TODOS  
 OS TERRITÓRIOS NACIONAIS  
 1275644783

PROVISÓRIO PLASTIFICADA  
 1275644783

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
ESTADO DO RIO DE JANEIRO		REGISTRO GERAL	
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA-CIVIL		09.949.485-8	
SECRETARIA DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL		DATA DE EXPIRAÇÃO	
0496		11/04/2017	
Polegar Direito		NOME	
0496		VERÔNICA SOUSA SANTOS	
Polegar Direito		FILIAÇÃO	
0496		ANTONIO LUIS DOS SANTOS	
Polegar Direito		SEVERINA SOUSA SANTOS	
0496		NATURALIDADE	
Polegar Direito		CAMPINA GRANDE/PB	
0496		DOC. ORDEM	
Polegar Direito		C. NASC LIV A/53 FLS 30V TERM 63411 C 002	
0496		CAMPINA GRANDE	
Polegar Direito		CPF	
0496		033.395.067-44	
Polegar Direito		001	
0496		2 Via	
Polegar Direito		0496	
0496		LEI Nº 7.110 DE 20/06/03	



0496

Polegar Direito

Verônica Sousa Santos

Assinatura do Titular

CARTEIRA DE IDENTIDADE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
ESTADO DO RIO DE JANEIRO	
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL	
DETRAN - DIRETORIA DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL	
 Polgar Direito 0496	
<i>Edvaldo Sousa Santos</i> CARTÃO DE IDENTIDADE	
VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
REGISTRO CIVIL	13.054.913-2
DATA DE EMISSÃO	10/04/2017
NOME	
EDVALDO SOUSA SANTOS	
FILIAÇÃO	
ANTÔNIO LUIS DOS SANTOS	
SEVERINA SOUSA SANTOS	
NATURALIDADE	
CAMPINA GRANDE/PB	
DATA DE NASCIMENTO	
22/10/1976	
DOCS. CANCELADOS	
C. NASC. LIV. 09 FLS. 120 TERM. 10053	
CAMPINA GRANDE	
CPF 091.405.337-00	
2 Via	
001	
Assinatura:  Nome do titular: Edvaldo Sousa Santos Data de validade: 07/11/2024 (01)	
0496	

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL

20.389.079-3

DATA DE EXPEDIÇÃO 21/09/2015

NOME

ADRIANA SOUSA SANTOS

FILIAÇÃO

ANTONIO LUIS DOS SANTOS

DATA DE NASCIMENTO

13/04/1982

NATURALIDADE

SEVERINA SOUSA SANTOS

RIO DE JANEIRO

DOC. ORDEM

C. NASC. LIV A69

NOVA IGUAÇU

PLS 201

FLS 201

TERM 41175 C 001

CPF

001

2 V/A

0494

LE Nº 7116 DE 29/08/60

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL

DETRAN - DIRETORIA DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL

0496

Polegar Direito

Adriana Sousa Santos




CARTeira DE IDENTIDADE

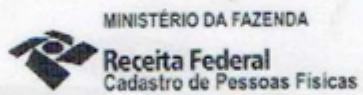




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
ESTADO DO RIO DE JANEIRO SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL DETRAN - DIRETORIA DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL		REGISTRO GERAL <b>09.839.537-9</b>	DATA DE EXPIRAÇÃO <b>14/01/2014</b>
NOME <b>JOSÉ CARLOS SOUSA SANTOS</b>			
FILIAÇÃO <b>ANTÔNIO LUIS DOS SANTOS</b>			
NATURALIDADE <b>SEVERINA SOUSA SANTOS</b>		DATA DE NASCIMENTO <b>15/09/1972</b>	
PARAÍBA			
DOUG. ORDEM <b>C. NASC LIV A/50</b>		FLS. 28V	
CAMPINA GRANDE		PB	
CONF		TERM 59803	
001		2 Via	
0217		LEI Nº 7.116 DE 20/03/03	
0217		0217	

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		CARTeira DE IDENTIDADE	
ESTADO DO RIO DE JANEIRO SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL DETRAN - DIRETORIA DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL		0257	
Polegar Direito		Assinatura do Titular	
			
			



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número

**033.561.137-04**

Nome

**JOSE CARLOS SOUSA SANTOS**

Nascimento

**15/09/1972**

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DETRAN - DIRETORIA DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL

 Polegar Direito 0299



*Luis Antonio Sousa*  
Assinatura do Titular

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 09.781.882-7 DATA DE EXPEDIÇÃO 18/09/2002

NOME LUIS ANTONIO SOUSA

FILIAÇÃO ANTONIO LUIS DOS SANTOS  
SEVERINA SOUSA SANTOS

NATURALIDADE PARÁ DATA DE NASCIMENTO 08/02/1971

DOC ORIGEM C.CASM LIV 11B FLS 173 TERM 3513  
NOVA IGUAÇU RJ

CPF 000.000.000-00  
009 2 Vias

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83 0299

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal

**CPF**

Cadastro de Pessoas Físicas  
Número de Inscrição  
**032.664.887-92**

Nome  
**LUIS ANTONIO SOUSA**

Nascimento  
**08/02/1971**



MINISTÉRIO DA ECONOMIA,  
FAZENDA E PLANEJAMENTO

**CIC**

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS

INSCRIÇÃO

033395067 44

NOME COMPLETO

VERONICA SOUSA SANTOS

NASCIMENTO

15.02.74

ASSINATURA

*Verônica Souza Santos*

TERA VALIDADE SOMENTE COM A APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE

Anexados em PDF









## PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Escolha o(s) tipo(s) de cobertura: ☐ DADS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES) ☐ INVALIDEZ PERMANENTE ☒ MORTE

2 - Nº do sinistro ou ASL: 3160656186 3 - CPF da vítima: 465.023.944-03 4 - Nome completo da vítima: ANTONIO LUIS DOS SANTOS

REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO/REPRESENTANTE LEGAL) - CIRCULAR SUSEP Nº 435/2012

5 - Nome completo: ALEXIANA SOUSA SANTOS 6 - CPF: 1098.824.953-05  
7 - Profissão: AUX. COZINHEIRA 8 - Endereço: RUA JOSE DE SAUSSE S/Nº  
9 - Número: 526 10 - Complemento: 2959  
11 - Bairro: PARQUE FLORES 12 - Cidade: NOVA IGUAÇU 13 - Estado: RJ 14 - CEP: 26040-700  
15 - E-mail: alexiana200509@gmail.com 16 - Tel (DDD): (21) 944472-3028

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (PAIS, TUTOR E CURADOR) PARA VÍTIMA/BENEFICIÁRIO MENOR ENTRE 0 A 15 ANOS OU INCAPAZ COM CURADOR

17 - Nome completo do Representante Legal:  
18 - CPF do Representante Legal:  
19 - Profissão do Representante Legal:

Declaro, para todos os fins de direito, residir no endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).

20 - RENDA MENSAL DO TITULAR DA CONTA:  
☐ RECUSO INFORMAR ☒ R\$1.000,00 A R\$1.000,00 ☐ R\$2.501,00 ATÉ R\$5.000,00  
☐ SEM RENDA ☐ R\$1.001,00 ATÉ R\$2.500,00 ☐ ACIMA DE R\$5.000,00

21 - DADOS BANCÁRIOS: ☒ BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO ☐ REPRESENTANTE LEGAL DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO (PAIS, CURADOR/TUTOR)

☒ CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção) ☐ CONTA CORRENTE (Todos os bancos)

☐ Bradesco (237) ☐ Itaú (341) Nome do BANCO: \_\_\_\_\_

☒ Banco do Brasil (001) ☐ Caixa Econômica Federal (104)

AGÊNCIA: 0081 7 CONTA: 435457 4 AGÊNCIA: \_\_\_\_\_ CONTA: \_\_\_\_\_

(Informe o dígito se existir) (Informe o dígito se existir) (Informe o dígito se existir) (Informe o dígito se existir)

Autorizo a Seguradora Líder a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a que eu tiver direito, reconhecendo e dando, desde já e somente após a efetivação do crédito, quitação total do valor recebido.

### 22 - DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT por invalidez permanente, uma vez que (assinalar uma das opções):

- ☐ Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou  
☐ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou  
☐ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.

Pelo motivo assinalado, solicito o prosseguimento da análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, por invalidez permanente, com base na documentação apresentada, concordando, desde já, em me submeter à avaliação médica às custas da Seguradora Líder para verificação da existência e quantificação das lesões permanentes decorrentes do acidente de trânsito, conforme Lei 6.194/74, art. 3º, §1º, declarando que esta autorização não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestação, caso ilicite o seu conteúdo.

### DECLARAÇÃO DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

23 - Estado civil da vítima: ☐ Solteiro ☒ Casado (no civil) ☐ Divorciado ☐ Separado judicialmente ☐ Viúvo 24 - Data do óbito da vítima: 30-08-2016

25 - Grau de Parentesco com a vítima: FILHO 26 - Vítima deixou companheiro(a): ☐ Sim ☐ Não 27 - Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo:

28 - Vítima teve filhos? ☒ Sim 29 - Se tinha filhos, informar: 30 - Vítima deixou nascituro (nascitor)? ☐ Sim ☒ Não 31 - Vítima teve irmãos? ☒ Sim ☐ Não 32 - Se tinha irmãos, informar: 33 - Vítima deixou pais/avós vivos? ☒ Sim ☐ Não

Estou ciente de que a Seguradora Líder pagará, caso devida, a indenização do Seguro DPVAT por morte aos únicos beneficiários que se apresentarem e provarem esta condição, estando ciente, ainda, de que qualquer omissão ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de ressarcir o valor recebido, além da responsabilidade criminal por infração do artigo 298 do Código Penal.

34

35 - Nome legível de quem assina a rogo/a pedido

36 - CPF legível de quem assina a rogo/a pedido

37 - (\*) Assinatura de quem assina a rogo/a pedido

38 - 1ª Nome: Paula Le. do Silveira

CPF: 459.1673.044-34

Assinatura da testemunha

39 - 2ª Nome: Antônio da Silva

CPF: 602.672.834-68

Assinatura da testemunha

Assinatura da testemunha

40 - Local e Data: NOVA IGUAÇU 30 SETEMBRO 2016 RJ

41 - Assinatura da vítima/beneficiário (declarante)

42 - Assinatura do Representante Legal (se houver)

43 - Assinatura do Procurador (se houver)



## PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Escolha o(s) tipo(s) de cobertura: ☐ DAVS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES) ☐ INVALIDEZ PERMANENTE ☒ MORTE

2 - Nº do sinistro ou ASL:

3160656186

3 - CPF da vítima:

468.027.974-53

4 - Nome completo da vítima:

ANTÔNIO LUIS DOS SANTOS

REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO/REPRESENTANTE LEGAL) - CIRCULAR SUSEP Nº 443/2012

5 - Nome completo:

EDVALDO SOUSA SANTOS

6 - CPF:

091405337-00

7 - Profissão:

GER. DE SUPERMERCADO ALAMEDA ACACIA

8 - Endereço:

PARQUE FIERB

9 - Número:

576

10 - Complemento:

26040760

11 - Bairro:

NOVA IGUAÇU

12 - Cidade:

RJ

13 - Estado:

26040760

14 - CEP:

091405337-00

15 - E-mail:

RAILA.GATINHA.938@GMAIL.COM

16 - Tel.(DDD):

091405337-00

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (PAIS, TUTOR E CURADOR) PARA VÍTIMA/BENEFICIÁRIO MENOR ENTRE 0 A 15 ANOS OU INCAPAZ COM CURADOR

17 - Nome completo do Representante Legal:

18 - CPF do Representante Legal:

19 - Profissão do Representante Legal:

Declaro, para todos os fins de direito, residir no endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).

20 - RENDA MENSAL DO TITULAR DA CONTA:

☐ RECLUSO INFORMAR

☒ R\$1.000,00 A R\$1.000,00

☐ R\$2.501,00 ATÉ R\$5.000,00

☐ SEM RENDA

☐ R\$1.001,00 ATÉ R\$2.500,00

☐ ACIMA DE R\$5.000,00

21 - DADOS BANCÁRIOS:

☒ BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO

☐ REPRESENTANTE LEGAL DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO (PAIS, CURADOR/TUTOR)

☒ CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção)

☒ Bradesco (237)

☐ Itau (341)

☐ Banco do Brasil (001)

☐ Caixa Econômica Federal (104)

☐ CONTA CORRENTE (Todos os bancos)

Nome do BANCO:

AGÊNCIA:

0076

1

CONTA:

0018557

4

AGÊNCIA:

CONTA:

AGÊNCIA:

CONTA:

Autorizo a Seguradora LIDER a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a que eu tiver direito, reconhecendo e dando, desde já e somente após a efetivação do crédito, quitação total do valor recebido.

22 - DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT por invalidez permanente, uma vez que (assinale uma das opções):

☐ Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou

☐ O IML que atenda a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou

☐ O IML que atenda a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.

Pelo motivo assinalado, solicito o prosseguimento da análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT por invalidez permanente, com base na documentação apresentada, concordando, desde já, em me submeter à avaliação médica às custas da Seguradora LIDER para verificação da existência e qualificação das lesões permanentes decorrentes do acidente de trânsito, conforme Lei 5.194/74, art. 3º, §1º, declarando que esta autorização não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestá-la, caso discordo do seu conteúdo.

DECLARAÇÃO DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

23 - Estado civil da vítima:

☐ Solteiro

☒ Casado (no Civil)

☐ Divorçado

☐ Separado judicialmente

☐ Viúvo

24 - Data do óbito da vítima:

30-08-2016

25 - Grau de parentesco com a vítima:

FILHO

26 - Vítima deixou companheiro(a):

☐ Sim

☒ Não

27 - Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo:

28 - Vítima tem filhos?

☒ Sim

☐ Não

29 - Se tinha filhos, informar vivos:

6

30 - Vítima deixou herdeiros?

☐ Sim

☒ Não

31 - Vítima tem irmãos?

☒ Sim

☐ Não

32 - Se tinha irmãos, informar vivos:

4

33 - Vítima deixou pais/avós vivos?

☐ Sim

☒ Não

Estou ciente de que a Seguradora LIDER pagará, caso devida, a indenização do Seguro DPVAT por morte aos únicos beneficiários que se apresentarem e provarem esta condição, estando ciente, ainda, de que qualquer omissão ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de ressarcir o valor recebido, além da responsabilidade criminal por infração ao artigo 299 do Código Penal.

34 -

35 - Nome legível de quem assina a rogo/a pedido

36 - CPF legível de quem assina a rogo/a pedido

37 - (\*) Assinatura de quem assina a rogo/a pedido

38 - 1ª Nome:

39 - 2ª Nome:

CPF:

Assinatura de testemunha

Assinatura de testemunha

Assinatura de testemunha

Assinatura de testemunha

Assinatura de testemunha

40 - Local e Data: NOVA IGUAÇU 19 JULHO 2019 RJ

41 - Assinatura da vítima/beneficiário (declarante)

42 - Assinatura do Representante Legal (se houver)

43 - Assinatura do Procurador (se houver)

FPS.001 V002/2019





## PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Escolha o(s) tipo(s) de cobertura: ☐ DAMS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES) ☐ INVALIDEZ PERMANENTE ☒ MORTE

2 - Nº do sinistro ou ASL: 3160656186 3 - CPF da vítima: 46802797453 4 - Nome completo da vítima: Antônio Luis dos Santos

REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO/REPRESENTANTE LEGAL) - CIRCULAR SUSEP Nº 445/2012

5 - Nome completo: José Carlos Sousa Santos 6 - CPF: 03356113704  
7 - Profissão: motorista 8 - Endereço: Alameda Flora 9 - Número: 30 10 - Complemento:  
11 - Bairro: Parque Flora 12 - Cidade: Nova Iguaçu 13 - Estado: RJ 14 - CEP: 26091-090  
15 - E-mail: maymays@gmail.com.br 16 - Tel.(DDD): 021-99797491

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (PAIS, TUTOR E CURADOR) PARA VÍTIMA/BENEFICIÁRIO MENOR ENTRE 0 A 15 ANOS OU INCAPAZ COM CURADOR

17 - Nome completo do Representante Legal:  
18 - CPF do Representante Legal: 19 - Profissão do Representante Legal:

Declaro, para todos os fins de direito, residir no endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).

20 - RENDA MENSAL DO TITULAR DA CONTA: ☒ REFUSO INFORMAR ☐ R\$1.00 A R\$1.000,00 ☐ R\$2.501,00 ATÉ R\$5.000,00  
☐ SEM RENDA ☐ R\$1.001,00 ATÉ R\$2.500,00 ☐ ACIMA DE R\$5.000,00

21 - DADOS BANCÁRIOS: ☒ BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO ☐ REPRESENTANTE LEGAL DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO (PAIS, CURADOR/TUTOR)

☒ CONTA POUPANÇA (somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção) ☐ CONTA CORRENTE (todos os bancos)  
☐ Bradesco (237) ☐ Itaú (341) Nome do BANCO:  
☐ Banco do Brasil (001) ☒ Caixa Econômica Federal (104)

AGÊNCIA: 0185 CONTA: 00082028 7 AGÊNCIA: CONTA:  
(informar o dígito se existir) (informar o dígito se existir) (informar o dígito se existir) (informar o dígito se existir)

Autorizo a Seguradora LIDER a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a que eu tiver direito, reconhecendo e dando, desde já e somente após a efetivação do crédito, quitação total do valor recebido.

### 22 - DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT por invalidez permanente, uma vez que (assinalar uma das opções):

- ☐ Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou  
☐ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou  
☐ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.

Pelo motivo assinalado, solicito o prosseguimento da análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT por invalidez permanente, com base na documentação apresentada, concordando, desde já, em me submeter à avaliação médica às custas da Seguradora LIDER para verificação da existência e quantificação das lesões permanentes decorrentes do acidente de trânsito, conforme Lei 6.194/74, art. 3º, §1º, declarando que esta autorização não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestá-la, caso discorde do seu conteúdo.

### DECLARAÇÃO DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

23 - Estado civil da vítima: ☐ Solteiro ☒ Casado (no Civil) ☐ Divorçado ☐ Separado judicialmente ☐ Viúva 24 - Data do dolo da vítima: 30/08/2016

25 - Grau de parentesco com a vítima: 26 - Vítima deixou companheiro(a): ☐ Sim ☒ Não 27 - Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo:

28 - Vítima teve filhos? ☒ Sim ☐ Não 29 - Se tinha filhos, informar Vivos: 6 Falecidos: 30 - Vítima deixou nascituro (a) (nascido)? ☐ Sim ☒ Não 31 - Vítima teve irmãos? ☒ Sim ☐ Não 32 - Se tinha irmãos, informar Vivos: 4 Falecidos: 33 - Vítima deixou pais/avós vivos? ☐ Sim ☒ Não

Estou ciente de que a Seguradora LIDER pagará, caso devida, a indenização do Seguro DPVAT por morte a aqueles beneficiários que se apresentarem e provarem esta condição, estando ciente, ainda, de que qualquer omissão ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de restituir o valor recebido, além da responsabilidade criminal por infração do artigo 299 do Código Penal.

34

35 - Nome legível de quem assina a rogo/a pedido

36 - CPF legível de quem assina a rogo/a pedido

37 - (\*) Assinatura de quem assina a rogo/a pedido

38 - 1ª Nome: Maymays de Melo Lima Assinatura da testemunha  
CPF: 053062877-14

39 - 2ª Nome: Angelo Leonardo Freitas Assinatura da testemunha  
CPF: 087737467-99

40 - Local e Data: Nova Iguaçu, 2 de julho de 2019

41 - Assinatura da vítima/beneficiário (declarante)

42 - Assinatura do Representante Legal (se houver)

43 - Assinatura do Procurador (se houver)





## PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Escolha o(s) tipo(s) de cobertura: ☐ DAMS (DESPESES DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES) ☐ INVALIDEZ PERMANENTE ☒ MORTE

2 - Nº do sinistro ou ASU: 316065618F 3 - CPF da vítima: 468027974-53 4 - Nome completo da vítima: Antônio Luis dos Santos

### REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO/REPRESENTANTE LEGAL) - CIRCULAR SUSEP Nº 415/2012

5 - Nome completo: Antônio Sousa 6 - CPF: 03266488792  
7 - Profissão: Motorista 8 - Endereço: Rua Rosa de Saron 9 - Número: 65 10 - Complemento:  
11 - Bairro: Chacabuba 12 - Cidade: Paracambi 13 - Estado: RJ 14 - CEP: 26.600-000  
15 - E-mail: antonio.sousa@gmail.com 16 - Telefone: 02136934996

### DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (PAIS, TUTOR E CURADOR) PARA VÍTIMA/BENEFICIÁRIO MENOR ENTRE 0 A 15 ANOS OU INCAPAZ COM CURADOR

17 - Nome completo do Representante Legal:  
18 - CPF do Representante Legal:  
19 - Profissão do Representante Legal:

Declaro, para todos os fins de direito, residir no endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).

20 - RENDA MENSAL DO TITULAR DA CONTA:  
☐ RECUSO INFORMAR ☐ R\$1.000,00 A R\$1.000,00 ☐ R\$2.501,00 ATÉ R\$5.000,00  
☐ SEM RENDA ☒ R\$1.001,00 ATÉ R\$2.500,00 ☐ ACIMA DE R\$5.000,00

21 - DADOS BANCÁRIOS: ☒ BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO ☐ REPRESENTANTE LEGAL DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO (PAIS, CURADOR/TUTOR)

☒ CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção) ☐ CONTA CORRENTE (Todos os bancos)  
☐ Bradesco (237) ☐ Itaú (341)  
☐ Banco do Brasil (001) ☒ Caixa Econômica Federal (104)

AGÊNCIA: 4755 03 CONTA: 00015353-0 AGÊNCIA: 0000 CONTA: 0000  
(informar o dígito se existir) (informar o dígito se existir) (informar o dígito se existir) (informar o dígito se existir)

Autorizo a Seguradora Líder a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a que eu tiver direito, reconhecendo e dando desde já e somente após a efetivação do crédito, quitação total do valor recebido.

### 22 - DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT por invalidez permanente, uma vez que (assinale uma das opções):

- ☐ Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou  
☐ O IML que atenda a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou  
☐ O IML que atenda a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.

Relembro, assim, solicito o prosseguimento da análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT por invalidez permanente, com base na documentação apresentada, concordando, desde já, em me submeter à avaliação médica às custas da Seguradora Líder para verificação da existência e quantificação das lesões permanentes decorrentes de acidente de trânsito, conforme Lei 6.194/74, art. 3º, §1º, declarando que esta autorização não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestá-la, caso discorde do seu conteúdo.

### DECLARAÇÃO DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

23 - Estado civil da vítima: ☐ Solteiro ☒ Casado (no Civil) ☐ Divorçado ☐ Separado judicialmente ☐ Viúva 24 - Data do óbito da vítima: 30/08/2016

25 - Grau de Parentesco com a vítima: Pai 26 - Vítima deixou companheiro(a): ☐ Sim ☒ Não 27 - Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo:

28 - Vítima teve filhos? ☒ Sim ☐ Não 29 - Se tinha filhos, informar Vivos: 6 Falecidos: 0 30 - Vítima deixou parente(s) próximo(s)? ☐ Sim ☒ Não 31 - Vítima teve irmãos? ☒ Sim ☐ Não 32 - Se tinha irmãos, informar Vivos: 4 Falecidos: 0 33 - Vítima deixou pais/avós vivos? ☒ Sim ☐ Não

Estou ciente de que a Seguradora Líder pagará, caso devida, a indenização do Seguro DPVAT por morte àqueles beneficiários que se apresentarem e provarem esta condição, estando ciente, ainda, de que qualquer omissão ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de ressarcir o valor recebido, além da responsabilidade criminal por infração do artigo 299 do Código Penal.

34

35 - Nome legível de quem assina a rogo/a pedido

36 - CPF legível de quem assina a rogo/a pedido

37 - (\*) Assinatura de quem assina a rogo/a pedido

38 - 1º Nome: Guiana Lúcio dos Santos

CPF: 129.173.417-18

Guiana Lúcio dos Santos

Assinatura do Testemunha

39 - 2º Nome: Yezza Testilino dos Santos

CPF: 326.712.942-0

Yezza Testilino dos Santos

Assinatura do Testemunha

40 - Local e Data: NOVA IGUAÇU 12 JULHO 2019 RJ

Antônio Sousa

Assinatura da vítima/Beneficiário/Declarante

42 - Assinatura do Representante Legal (se houver)

43 - Assinatura do Procurador (se houver)

FP5.001 V002/2019

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 20.875.752-6 05/07/2011

NOME LUANA CRISTINA DE SOUSA SANTOS

PRENOME ROMUALDO SANTOS

TERESA DE SOUSA SANTOS

NATURALIDADE RIO DE JANEIRO

DATA DE NASCIMENTO 18/08/1989

DOC. ORIGEM C. NASC. LIV. A134 FLS. 19V TERM. 82752 C 001

NOVA IGUAÇU RJ

CPF 129.173.417-18

084

02717

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO RJ RJ DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL

DETRAN - DIRETORIA DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL

0267

Polegar Direito

Luana cristina dos santos

ASSINATURA DO TITULAR

CAPTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal

**CPF**

Cadastro de Pessoas Físicas

Numero de Inscrição 328.747.914-2

Nome TERESA DE SOUSA

Nascimento

GEDULA DE IDENTIDADE

FOLIOGR. DIREITO

Assinatura do Titular

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

QUARTAMENTO DE POLÍCIA TÉCNICA

REGISTRO CIVIL 355.837

TERESA TERTULINO DE SOUSA.

Sebastião Tertulino de Sousa

Maria Zeferina de Conceição.

Campina Grande - PB.

06/07/1957

18 de dezembro de 1973

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL





## PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Escolha o(s) tipo(s) de cobertura: ☐ DAMS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES) ☐ INVALIDEZ PERMANENTE ☒ MORTE

2 - Nº do sinistro ou ASI: 3160 656186 3 - CPF da vítima: 468.027.974-53 4 - Nome completo da vítima: ANTONIO LUIS DOS SANTOS

REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO/REPRESENTANTE LEGAL) - CIRCULAR SUSEP Nº 443/2012

5 - Nome completo: VERÔNICA SOUSA SANTOS 6 - CPF: 033395067-44  
7 - Profissão: AUX DE SERVIÇOS GERAIS 8 - Endereço: ALAMEDA ACACIA 9 - Número: 624 10 - Complemento: CASA 1  
11 - Bairro: PARQUE FLORA 12 - Cidade: NOVA JERACU 13 - Estado: RJ 14 - CEP: 26040760  
15 - E-mail: RAIAA.GATINHA938@GMAIL.COM 16 - Tel.(DDD): 021990251868

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (PAIS, TUTOR E CURADOR) PARA VÍTIMA/BENEFICIÁRIO MENOR ENTRE 0 A 15 ANOS OU INCAPAZ COM CURADOR

17 - Nome completo do Representante Legal: 18 - CPF do Representante Legal: 19 - Profissão do Representante Legal:

Declaro, para todos os fins de direito, residir no endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).

20 - RENDA MENSAL DO TITULAR DA CONTA:

☐ RECUSO INFORMAR ☒ R\$1.00 A R\$1.000,00 ☐ R\$2.501,00 ATÉ R\$5.000,00  
☐ SEM RENDA ☐ R\$1.001,00 ATÉ R\$2.500,00 ☐ ACIMA DE R\$5.000,00

21 - DADOS BANCÁRIOS: ☒ BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO ☐ REPRESENTANTE LEGAL DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO (PAIS, CURADOR/TUTOR)

☒ CONTA POUPOANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção)

☐ Bradesco (237) ☐ Itaú (341)  
☐ Banco do Brasil (001) ☒ Caixa Econômica Federal (104)

☐ CONTA CORRENTE (Todos os bancos)

Nome do BANCO: \_\_\_\_\_

AGÊNCIA: 0185 013 CONTA: 0008 20 29 5 AGÊNCIA: \_\_\_\_\_ CONTA: \_\_\_\_\_  
(informar o dígito se existir) (informar o dígito se existir) (informar o dígito se existir) (informar o dígito se existir)

Autorizo a Seguradora Líder a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a que eu tiver direito, reconhecendo e dando, desde já e somente após a efetivação do crédito, quitação total do valor recebido.

22 - DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT por invalidez permanente, uma vez que (assinalar uma das opções):

- ☐ Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou  
☐ O IML que atenda a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou  
☐ O IML que atenda a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.

Pelo motivo assinalado, solicito o prosseguimento da análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, por invalidez permanente, com base na documentação apresentada, concordando, desde já, em não submeter a avaliação médica às custas da Seguradora Líder para verificação da existência e quantificação das lesões permanentes decorrentes de trânsito, conforme Lei 6.194/74, art. 3º, §1º, declarando que esta autorização não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestá-la, caso discorde do seu conteúdo.

DECLARAÇÃO DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

23 - Estado civil da vítima: ☐ Solteiro ☒ Casado (ou Civil) ☐ Divorçado ☐ Separado judicialmente ☐ Viúvo 24 - Data do óbito da vítima: 30-08-2016  
25 - Grau de Parentesco com a vítima: FILHO 26 - Vítima deixou companheiro(a): ☐ Sim ☒ Não 27 - Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo: \_\_\_\_\_  
28 - Vítima ☒ Sim ☐ Não 29 - Se tinha filhos, informar Vivos: 6 Falecidos: \_\_\_\_\_ 30 - Vítima deixou ☐ Sim ☒ Não 31 - Vítima ☒ Sim ☐ Não 32 - Se tinha irmãos, informar Vivos: 4 Falecidos: \_\_\_\_\_ 33 - Vítima deixou ☐ Sim ☒ Não pais/avós vivos?

Estou ciente de que a Seguradora Líder pagará, caso devida, a indenização do Seguro DPVAT por morte àqueles beneficiários que se apresentarem e provarem esta condição, estando ciente, ainda, de que qualquer omissão ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de ressarcir o valor recebido, além da responsabilidade criminal por infração do artigo 299 do Código Penal.

34

35 - Nome legível de quem assina a rogo/a pedido

36 - CPF legível de quem assina a rogo/a pedido

37 - (\*) Assinatura de quem assina a rogo/a pedido

38 - 1ª Nome: Simone Araújo de Sousa  
CPF: 129 168 977-23

Assinatura da testemunha

39 - 2ª Nome: Suana Cristina de Sousa Santos  
CPF: 129 173 517-18

Assinatura da testemunha

40 - Local e Data: NOVA JERACU 12 JULHO 2019 RJ

41 - Assinatura da vítima/beneficiário (declarante)  
Verônica Sousa Santos

42 - Assinatura do Representante Legal (se houver)

43 - Assinatura do Procurador (se houver)

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE –PB

**PRIORIDADE PROCESSUAL-MAIOR DE 65 ANOS (IDOSO)**

Maria de Lourdes Alexandre Santos, Adriana Souza Santos, Edivaldo Sousa Santos, José Carlos Sousa Santos, , Luiz Antônio de Sousa, , Verônica Sousa Santos, Antônio Viviano Nunes Santos, todos já qualificados no feito, vem a presença de Vossa Excelência, informar e requerer o que segue:

Tendo em vista que já foi pago no dia 09/08/2019 a cota parte da cônjuge Maria de Lourdes Alexandre Santos, e que já consta no sistema que o processo com relação aos demais herdeiros já foi concluído e liberado para pagamento , renova-se desde já a proposta feita, se estiverem os demais créditos depositados até a audiência de conciliação.

The screenshot displays the Seguradora Líder DPVAT website interface. On the left, there are navigation links for 'Documentos Despesas Médicas', 'Documentos Invalidez Permanente', 'Documentos Morte', and 'Dicas indispensáveis'. Below these are sections for 'PAGUE SEGURO' (with links for 'Como Pagar' and 'Consulta a Pagamentos Efetuados') and 'ACOMPANHE O PROCESSO' (with a link to 'Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização'). The main content area shows a message about the final opinion and a 30-day deadline for documentation. Below this, it displays the 'SINISTRO 3190452498 - Resultado de consulta por beneficiário'. The beneficiary is identified as VÍTIMA ANTONIO LUIS DOS SANTOS, with COBERTURA Morte. The PUNTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO is LIDER DPVAT - OPERAÇÃO CORREIOS. The BENEFICIÁRIO is MARIA DE LOURDES ALEXANDRE SANTOS, with CPF/CNPJ 18861679404. The status is 'Posição em 19-08-2019 07:17:35', indicating the claim was concluded with payment liberation. A table shows the payment details: Data do Pagamento: 09/08/2019, Valor da Indenização: R\$ 6.750,00, Juros e Correção: R\$ 805,32, and Valor Total: R\$ 7.555,32.

Documentos Despesas Médicas  
Documentos Invalidez Permanente  
Documentos Morte  
Dicas indispensáveis

**PAGUE SEGURO**  
Como Pagar  
Consulta a Pagamentos Efetuados

**ACOMPANHE O PROCESSO**  
Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização.

parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

**SINISTRO 3190452498 - Resultado de consulta por beneficiário**

**VÍTIMA** ANTONIO LUIS DOS SANTOS  
**COBERTURA** Morte  
**PUNTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO** SEGURADORA LIDER DPVAT - OPERAÇÃO CORREIOS  
**BENEFICIÁRIO** MARIA DE LOURDES ALEXANDRE SANTOS  
**CPF/CNPJ** 18861679404

**Posição em 19-08-2019 07:17:35**  
O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi concluído com a liberação do pagamento para a conta indicada pelo beneficiário.  
Data do Pagamento: 09/08/2019  
Valor da Indenização: R\$600.000,00  
Juros e Correção: R\$00.000,00  
Valor Total: R\$600.000,00

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
09/08/2019	R\$ 6.750,00	R\$ 805,32	R\$ 7.555,32



← → ↻ <http://www.seguradonalider.com.br/Paginas/Assessoria-e-Processo-de-Indenizacao.aspx>

**PAGUE SEGURO**

Como Pagar  
Consulta a Pagamentos Efetuados

**ACOMPANHE O PROCESSO**

Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização.

**SINISTRO 3190452498 - Resultado de consulta por beneficiário**

**VÍTIMA** ANTONIO LUIS DOS SANTOS  
**COBERTURA** Morte  
**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO** SEGURADORA LIDER DPVAT - OPERAÇÃO CORREIOS  
**BENEFICIÁRIO** ANTONIO VIVIANO NUNES SANTOS  
**CPF/CNPJ:** 05961073408

**Posição em 19-08-2019 07:28:33**  
O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi concluído com a liberação do pagamento para a conta indicada pelo beneficiário.  
Data do Pagamento: XX/XX/XXXX  
Valor da Indenização: R\$00.000,00  
Juros e Correção: R\$00.000,00  
Valor Total: R\$00.000,00

← → ↻ <http://www.seguradonalider.com.br/Paginas/Assessoria-e-Processo-de-Indenizacao.aspx>

**PAGUE SEGURO**

Como Pagar  
Consulta a Pagamentos Efetuados

**ACOMPANHE O PROCESSO**

Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização.

**SINISTRO 3190452498 - Resultado de consulta por beneficiário**

**VÍTIMA** ANTONIO LUIS DOS SANTOS  
**COBERTURA** Morte  
**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO** SEGURADORA LIDER DPVAT - OPERAÇÃO CORREIOS  
**BENEFICIÁRIO** VERONICA SOUSA SANTOS  
**CPF/CNPJ:** 03339506744

**Posição em 19-08-2019 07:29:39**  
O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi concluído com a liberação do pagamento para a conta indicada pelo beneficiário.  
Data do Pagamento: XX/XX/XXXX  
Valor da Indenização: R\$00.000,00  
Juros e Correção: R\$00.000,00  
Valor Total: R\$00.000,00

Baixe o aplicativo do Seguro DPVAT

Seguradora Líder DPVAT Atm - X <http://www.seguradonalider.com.br/Paginas/Assessoria-e-Processo-de-Indenizacao.aspx>

**PAGUE SEGURO**

Como Pagar  
Consulta a Pagamentos Efetuados

**ACOMPANHE O PROCESSO**

Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização.

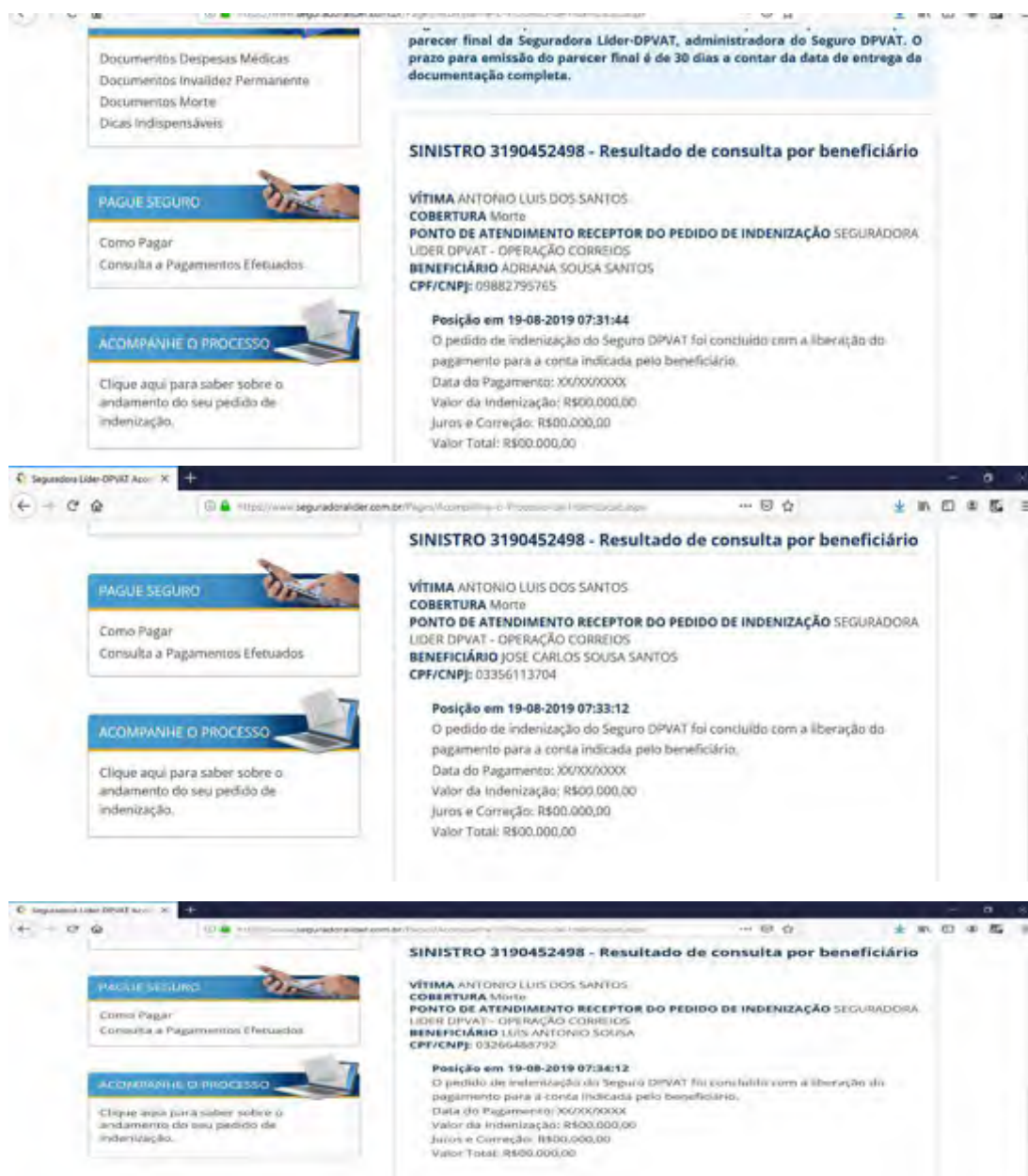
**SINISTRO 3190452498 - Resultado de consulta por beneficiário**

**VÍTIMA** ANTONIO LUIS DOS SANTOS  
**COBERTURA** Morte  
**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO** SEGURADORA LIDER DPVAT - OPERAÇÃO CORREIOS  
**BENEFICIÁRIO** EDVALDO SOUSA SANTOS  
**CPF/CNPJ:** 09140533700

**Posição em 19-08-2019 07:30:47**  
O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi concluído com a liberação do pagamento para a conta indicada pelo beneficiário.  
Data do Pagamento: XX/XX/XXXX  
Valor da Indenização: R\$00.000,00  
Juros e Correção: R\$00.000,00  
Valor Total: R\$00.000,00

Baixe o aplicativo do Seguro DPVAT



Nestes termos, pede e espera deferimento .

Campina Grande – PB , 19 de Agosto de 2019 .

**Gisely Galvão**

**Advogada**

**OAB – PB 25402**